



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

Edital de Pregão Eletrônico nº 90.031/2026

Processo nº 23075.002714/2026-21

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (153079)

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, para atender necessidades da Universidade Federal do Paraná.

Valor Total da Contratação: R\$ 481.251,80

Data da Sessão Pública: Dia 14/05/2026 às 09h30 (horário de Brasília)

Data Máxima para recebimento de Impugnações e Esclarecimentos: 11/05/2025

Endereço do certame: www.gov.br/compras/pt-br/

Critério de Julgamento: Maior Desconto (item 1) e Menor Preço (itens 2 a 9)

Modo de Disputa: Aberto

Tratamento Favorecido ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Margem de Preferência para Algum Item: NÃO

SUMÁRIO

- 1. Do Objeto**
- 2. Do Registro de Preços**
- 3. Da Participação na Licitação**
- 4. Do Orçamento Estimado**
- 5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação**
- 6. Do Preenchimento da Proposta**
- 7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances**
- 8. Da Fase de Julgamento**
- 9. Da Fase de Habilitação**
- 10. Do Termo de Contrato**
- 11. Da Ata de Registro de Preços**

12. Da Formação do Cadastro de Reserva**13. Dos Recursos****14. Da Adjudicação e Homologação****15. Das Infrações Administrativas e Sanções da Fase Licitatória****16. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento****17. Das Disposições Gerais**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026
(Processo Administrativo nº 23075. 002714/2026-21)

Torna-se público que a Universidade Federal do Paraná, autarquia federal de CNPJ 75.095.679/0001-49, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratações, sediada na Rua Dr. Faivre nº 105, Centro, CEP: 80.060-140, Curitiba - PR, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, para atender necessidades da Universidade Federal do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 09 (nove) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem

1.2.1. Para os itens 06 a 09 os licitantes apenas deverão repetir os valores de referência, visto que se trata de valores de repasse para custos e taxas necessários para a execução dos serviços, onde a UFPR fará o devido ressarcimento a contratada. **O lançamento de valores inferiores ao indicado na planilha de referência (tabela do título 1 do Termo de Referência) ensejará a desclassificação das licitantes.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12. Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e demais documentos anexos, pois a participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca

6.1.2. Quantidade cotada. Devendo respeitar as quantidades descritas no Termo de Referência.

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.1.4. Pela natureza do objeto desta licitação, não será necessário o preenchimento dos campos marca, fabricante, modelo ou versão no sistema eletrônico.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.14. **Caso o critério de julgamento for o menor preço**, as propostas, ainda, deverão observar o seguinte:

6.14.1. Ser apresentadas com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula (exemplo: R\$ 12,34), haja vista que o Sistema Monetário Nacional não contempla valores inferiores a um centavo.

6.14.2. As propostas que não atenderem ao disposto no subitem 6.13.1 acima, apresentando mais do que 02 (duas) casas decimais, quando aplicável, terão as casas excedentes desconsideradas, sendo que o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, na fase de aceitação, registrará o novo preço no sistema, no campo “valor negociado”, garantida a aceitação do valor que restar após tal procedimento.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta cadastrada em campo próprio do sistema que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,25 do valor dos itens convertidos em moeda Real para os itens 02 a 05 e de 0,01% para o item 1.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. O envio de lances no pregão eletrônico será pelo modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo de desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

7.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. Empresas brasileiras;

7.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.;

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. 7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. Em todo caso a Administração não contratará valor(s) acima do máximo estabelecido no Termo de Referência deste Edital.

7.24.6. O pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.7. É facultado ao pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- d) lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU. [\[A2\]](#)

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento e habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis;

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados no formato digital através do Sistema de Compras do Governo.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.12. A verificação pelo pregoeiro/Agente da Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, sob pena de desclassificação/inabilitação.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

- a) A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.19.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração desta Universidade Federal do Paraná, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. A contratação da empresa classificada, respeitados os demais critérios aqui descritos, far-se-á através da assinatura do Termo de Contrato, nas condições estabelecidas neste Edital.

10.2.1. Recomenda-se que os licitantes providenciem seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR, visando agilizar os trâmites para assinatura do Termo de Contrato.

10.2.1.1. O cadastro deve ser feito pelo representante legal da empresa, no sítio sei.ufpr.br escolhendo a opção “Você é ALUNO ou usuário externo? Clique AQUI para acessar o SEI.” no alto da página.

10.2.1.2. A assinatura do Termo de Contrato poderá ser realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

10.2.1.2.1. Não haverá envio de documentos por correio nas situações cuja assinatura do Termo de Contrato seja realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

10.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

a) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste edital e seus anexos;

b) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. O prazo do item 10.3 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Caso a proponente não tenha providenciado seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR (SEI), conforme disposto no item 10.2.1 acima, o mesmo se fará obrigatório antes da assinatura do Termo de Contrato, caso a assinatura ocorra no referido sistema.

10.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.8.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista fraqueada aos interessados no endereço [:: Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Pública :: \(ufpr.br\)](#), mediante informação do número do processo administrativo.

Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Pública (ufpr.br): Endereço eletrônico

https://sei.ufpr.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?

[acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufpr.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0)

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA FASE LICITATÓRIA

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando:

15.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

15.1.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

15.1.6. Fraudar a licitação.

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

15.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

15.4.3. A partir do trânsito em julgado da decisão administrativa de imposição de multa administrativa, os valores devidos estarão sujeitos a atualização monetária, incidindo a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada mensalmente, calculada a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (previsão da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)).

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5.1 Os parâmetros de aplicação das sanções administrativas no âmbito da UFPR serão os seguintes:

I.D.	Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
A	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias	Até 5% em relação ao valor de sua proposta
B	Não entregar documento solicitado durante o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 15 dias	Até 3% em relação ao valor de sua proposta
C	Deixar de manter as condições de habilitação, durante a realização do certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
D	Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFPR, durante a análise da proposta ou da planilha de custos da licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
E	Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
F	Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
G	Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. V	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias	Até 5% em relação ao valor de sua proposta
H	Deixar de apresentar amostra	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
I	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
J	Não entregar a documentação exigida para a contratação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
K	Não se cadastrar no sistema de processo eletrônico da UFPR para assinatura da Ata ou Contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
L	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
M	Prestar declaração falsa durante a licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.

N	Fraudar a licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
O	Agir em conluio ou em desconformidade com a lei	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
P	Induzir deliberadamente a erro no julgamento	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Q	Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
R	Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade:	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
	Apresentar amostra falsificada ou deteriorada	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
S	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
T	Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
U	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.

15.5.1.1 As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas do licitante nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail: licita@ufpr.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja

comunicação em contrário, pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://proad.ufpr.br/licitacoes/>.

17.11. A entrega da proposta implica automática aceitação pela proponente, sem nenhuma ressalva, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Anexo A - Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo do Contrato

Anexo B - Termo de Ciência e Concordância

Anexo C - Modelo de Proposta

Anexo D - Modelo de Ordem de Serviço

Anexo E - Planilha De Referência Para os Valores de Transporte Internacional De Cargas Comuns, com Destino Final No Aeroporto Internacional de Curitiba

Anexo F - Modelo De Declaração Indicação de Despachante Aduaneiro

Anexo G - Lista de Endereços UFPR

Anexo H - Planilha a ser Disponibilizada aos Licitantes (arquivo digital)

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, 28 de Abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO JOSE DOS SANTOS, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 28/04/2026, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **8802300** e o código CRC **6219B1BF**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I - TERMO DE REFÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UNIDADE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE LICITAÇÕES
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

Curitiba, 30 de março de 2026.

Processo nº 23075.002714/2026-21

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SRP - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Processo Administrativo nº 23075.002714/2026-21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Implantação de sistema de registro de preços para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, para atender necessidades da Universidade Federal do Paraná, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 01						
Item	Descrição	CATSER	Unid	Qtde	Valor unitário	Valor total
1	Transporte internacional de cargas comuns, com destino no Aeroporto Internacional de Curitiba.	13897	Índice	1	46706,33	46706,33
2	Despesa de destino - Desconsolidação de carga, por carga agenciada via aérea.	13897	serviço	35	R\$ 357,5	R\$ 12.512,50
3	Despesa de destino - Collect Fee por carga agenciada via aérea.	13897	serviço	35	R\$ 281,25	R\$ 9.843,75
4	Despesa de destino - Delivery Fee por carga agenciada via aérea.	13897	serviço	35	R\$ 106,91	R\$ 3.741,85
5	Serviço de Despacho Aduaneiro (PR, SP, RJ)	13897	serviço	35	R\$ 1.575,82	R\$ 55.153,70
6	Valor para repasse dos custos com transporte internacional de cargas (item 1). Será aplicado o valor obtido na tabela do item 1 ao local e volume transportado, para as cargas transportadas via aérea. Item não disputável	13897	serviço	300.000	R\$ 1,00	R\$ 300.000,00
7	Valor para repasse dos custos com as cargas despachadas via courier, por decisão do exportador. Neste caso, não se aplicam os valores de transporte internacional associados aos itens 1, 2, 3 e 4. Item não disputável	13897	serviço	20.000	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
8	Valor para repasse de demais taxas e outros custos diversos (Seguro,	13897	serviço	60.000	R\$ 1,00	R\$ 60.000,00

	transporte local, taxa de órgãos fiscalizadores, armazenagem, gelo seco, etc) Item não disputável					
9	Serviço de registro de produto no “Catálogo de Produtos”	13897	serviço	20.000	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA A PROPOSTA						R\$ 481.251,80

Observação: O item 01 não se trata de valor financeiro a ser somado junto aos demais custos da contratação. No entanto dado que o sistema Comprasnet não está parametrizado para entender valores divergentes ao financeiro, o valor aparecerá registrado como um total de R\$ 527.958,13 (situação em que seria somado o valor do item 01 ao valor estimado da contratação) O critério de julgamento é o de menor preço para o Lote (Itens 02 a 9), sendo:

- O item 01 tem como critério de julgamento de maior desconto
- Os itens 06, 07, 08 e 09 não são passíveis de disputa

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507 de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da UFPR, não envolvendo a tomada de decisão ou posicionamento institucional, não colocando em risco o controle de processos e de tecnologias da UFPR e não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da instituição.

1.7 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.9 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9.1 Nas contratações que se enquadrarem no limite atualizado previsto no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, o instrumento contratual será substituído pela Nota de Empenho, nos termos do inciso I do artigo 95 da mesma Lei e da Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024, da Advocacia-Geral da União.

1.9.2 Consta no anexo A as regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, com o Documento de Formalização da Demanda nº 032/2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 75095679000149-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 23/05/2025;

III) Id do item no PCA: 802;

IV) Classe/Grupo: 662 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE CARGA

V) Identificador da Futura Contratação: 153079-57/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Edição):

4.1.1 Para a execução dos serviços não foram localizados critérios ou práticas de sustentabilidade aplicáveis diretamente à empresa a ser contratada, para a qual compete a intermediação dos serviços de agenciamento de cargas, no entanto serão sempre no que couber de forma direta ou indireta os critérios e práticas de sustentabilidade, contidos na Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e suas alterações, observando o Plano de Logística Sustentável da UFPR:

4.1.2 Quando da aquisição de materiais a serem adquiridos via processo de importação:

- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- façam uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento

4.1.3 Na prestação dos serviços, quando for aplicável que às empresas:

- forneçam aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realizem a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- espeitem as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Considerando que o objeto da licitação trata de serviços, não foram relacionadas marcas ou modelos de produtos para a presente contratação.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3 Considerando que o objeto da licitação trata de serviços, não foram relacionadas marcas ou modelos de produtos para a presente contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Não será necessário a apresentação do referido do objeto dada a natureza do objeto a ser contratado.

Subcontratação

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Da Participação De Consórcio Ou Cooperativa

- a) Será admitida a participação de empresas consorciadas na presente licitação.
- b) Será permitida a participação de Cooperativas.

4.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8 Vistoria

Para a presente contratação não será exigida a realização de vistoria técnica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A demanda da UFPR tem como base as seguintes características:

a) A Contratada deverá possuir capacidade de agenciamento de cargas e Despacho Aduaneiro, na modalidade aérea, para importação, originárias dos locais indicados:

- Miami – Estados Unidos
- Bruxelas - Bélgica
- Osaka - Japão
- Madrid - Espanha
- Lima - Peru
- Montevideo - Uruguai
- Toronto - Canadá
- Frankfurt - Alemanha
- Áustria
- Estocolmo - Suécia
- Amsterdã - Holanda
- Roma – Itália
- Londres - Inglaterra
- Paris - França
- Hong Kong - China
- Sydney - Austrália
- Copenhague - Dinamarca

b) O destino final das cargas seja sempre o Aeroporto Internacional Afonso Pena (Curitiba);

i. Excepcionalmente, poderá haver necessidade de realização de Despacho Aduaneiro, especificamente:

- Aeroporto Internacional de Curitiba
- Aeroporto Internacional de São Paulo (Guarulhos)
- Aeroporto Internacional de Viracopos (Campinas)
- Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro

c) As atividades de despacho aduaneiro compreenderão: Cadastros no Catálogo de Produtos, Registro de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO), Declaração Única de Importação e Declaração Única de Exportação (DU-E), vistorias físicas da carga quando necessário, atendimento às exigências fiscais e aduaneiras quando necessário, apoio na classificação tarifária dos bens quando necessário, acompanhamento da disponibilização das cargas no exterior (junto ao exportador), reposições de gelo seco se necessário, se estendendo até a entrega do bem ao demandante da importação no seu laboratório dentro das dependências da UFPR.

d) A Contratada deverá realizar seguro da carga, no valor do principal (valor do bem) acrescido do valor do frete internacional. Dessa forma, em caso de sinistro, será possível que ocorra a compra de bem idêntico ao sinistrado;

i. O seguro deverá conter coberturas para riscos de greves e riscos de guerra para embarques aquaviários e aéreos, e possibilitar, inclusive, a cobertura de produtos usados. A cobertura deverá sempre contemplar o curso da carga da origem ao destino final;

e) A taxa cambial utilizada para o faturamento das despesas de frete internacional e dos serviços da Contratada seja aquela informada pelo Banco Central do Brasil, na data do faturamento e que seja informada na prestação de contas;

f) A empresa contratada deverá encaminhar os documentos que comprovem a contratação e pagamento do frete internacional, em nome da UFPR, a residente e domiciliado no exterior;

i. Os documentos necessários ao cumprimento da exigência são o conhecimento de transporte internacional (AWB) e o contrato de câmbio.

g) O transporte internacional compreende três etapas principais, cada uma com seus custos e responsabilidades definidas conforme Incoterm (International Commercial Terms):

i. Despesas de origem (deslocamento da carga do estabelecimento do exportador até o local de embarque);

ii. Tarifas do frete (custos de embarque, transporte, seguro);

iii. Despesas de destino

- Taxa de desconsolidação (remuneração do agente de carga pelo manuseio de documentação e custos administrativos);

- *Collect fee* (taxa para cobrir despesas de remessas de valores para o exterior);
- *Delivery fee* (taxa de entrega dos documentos do embarque cobrada pela companhia aérea);

h) Para a comprovação dos valores a serem repassados à Contratada pelos itens 8 a 13, a Contratada deverá apresentar a seguinte comprovação:

- Apólice e/ou documento equivalente, que comprove a cobertura do seguro contratado e o valor do mesmo;
 - Conhecimento de embarque (Air Waybill), emitido pelo agente de cargas, do qual se possa identificar o valor informado na planilha de cálculo do índice ofertado na licitação (item 1) e outras despesas de origem;
 - Notas fiscais de compra de gelo seco (se necessário, conforme o tipo da carga) para reposição durante o processo de desembaraço.
- o O serviço de reposição do gelo seco será objeto de disputa na licitação.
 - o As notas fiscais de aquisição do gelo seco deverão sempre ser apresentadas em Reais (R\$);

i) Entre as obrigações do licitante deverá estar a necessidade de pagamento de anuências aos órgãos intervenientes, tipo INMETRO, ANVISA, entre outros quando for o caso, como parte do desembaraço da carga. Essa necessidade deriva da dificuldade de prever quais órgãos anuentes irão intervir no processo de importação, impossibilitando a manutenção de empenhos estimativos que amparem esses tipos de pagamentos.

5.2. Atividades a Serem Executadas:

5.2.1. A presente contratação destina-se dar suporte a todos os procedimentos legais necessários à transposição da fronteira pela mercadoria, produtos e/ou equipamentos, nos processos de importação (Fronteira Nacional e Fronteira no país de origem).

5.2.2. O serviço do despacho aduaneiro finda com a disponibilização da carga, livre e desimpedida, nas dependências da UFPR, podendo as entregas ocorrer em qualquer um dos endereços da UFPR, para as importações realizadas.

5.2.3. O Despacho Aduaneiro deverá ocorrer na cidade de Curitiba - PR, exceto para os casos de entradas de mercadorias nos aeroportos discriminados na alínea b) do título 5.1. Nos casos impossíveis de serem resolvidos na referida cidade, a Contratada deverá comunicar e apresentar justificativa para o impedimento, e nos casos em que for possível, deverá providenciar o planejamento e os procedimentos necessários para DTA – Despacho Aduaneiro em Trânsito, se for o caso, para que o Desembaraço final ocorra na alfândega de Curitiba - PR. Em todos os casos de importação, o serviço é dado como realizado com a descarga dos itens importados nas dependências da UFPR, com a carga livre e desimpedida.

5.2.4. Uma vez autorizado o serviço, a Contratada deverá arcar antecipadamente com recursos próprios as despesas envolvendo taxas e despesas acessórias. Estas despesas serão devidamente restituídas à Contratada através de processo interno e mediante apresentação de documentos originais comprobatórios das referidas despesas.

5.2.5. Os itens constantes nas Especificações Técnicas são passíveis de contratação, não estando a UFPR obrigada a realizá-la em sua totalidade.

5.2.6. A Contratada está obrigada completar o serviço de transporte internacional de cargas dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilidade da carga informada pelo exportador e validada pela UFPR.

5.2.7. Será admitido que o serviço de despacho aduaneiro seja completado até o segundo período de armazenagem, contados a partir da entrada da carga no Aeroporto de destino para os embarques aéreos. Caso não seja possível atender a esses prazos, a Contratada deverá comunicar e apresentar justificativas para o impedimento.

5.2.8. A quitação dos serviços será realizada após a entrega dos documentos originais à UFPR, para a aferição dos custos envolvidos no processo.

5.2.9. Em casos em que não houver fretes internacionais com os destinos finais exigidos no item 5.1. alíneas "b" e "c", deverá ser feito DTA para possibilitar o desembaraço em Curitiba - PR (aeroporto), bem como a retirada das cargas deverá ocorrer, prioritariamente, de acordo com o referido item. O licitante deverá estar apto a realizar desembaraços em todas as regiões do Brasil, sendo que o serviço será prestado em outras regiões apenas em casos excepcionais devidamente comprovados, justificados pela Contratada e com a anuência desta instituição, devendo ser mantidas as mesmas condições e preços registrados.

5.2.10. O processo de Desembaraço aduaneiro deverá ocorrer de forma que as despesas acessórias como armazenagem e capatazia sejam as menores possíveis.

5.2.11. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

a) Serviço de Desembaraço Aduaneiro

- Operar diretamente nas importações ou exportações realizadas via aérea;
- Orientação quanto à classificação fiscal de mercadorias (NCM ou HS, quando solicitado);
- Cadastro de produtos no “Catálogo de Produtos” quando necessário;
- Preparação e registro de LPCO, controle, solicitação de alteração ou prorrogação dos licenciamentos, quando necessário, em conformidade com a Lei 8010/90 e se for o caso com a Lei 8032/90;
- Tramitar e acompanhar processos de deferimento junto aos órgãos anuentes, quando solicitado;
- Preenchimento de declaração única de importação (DUIMP) ou Declaração Única de Exportação (DUE), declaração complementar de importação (DCI), declaração Simplificada de Importação (DSI), termos de responsabilidade e certificados diversos, registro, protocolo e acompanhamento de documentos nos órgãos públicos devidos, quando solicitado;

- Acompanhar a vistoria física das cargas comunicando imediatamente à Contratante qualquer eventualidade apontada pelo Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e/ou outro órgão fiscalizador;
- Acompanhamento dos produtos perecíveis, armazenados no aeroporto de destino, mantendo-os em perfeitas condições de conservação até sua chegada nas dependências da UFPR;
- Providências quanto a vistoria física da carga, proteção e segurança para os materiais que porventura sejam caracterizados como perdimento, mediante solicitação da Contratante e comunicando a mesma qualquer eventualidade apontada pela Receita Federal do Brasil e/ou outro órgão fiscalizador;
- Atuar junto aos Órgãos Anuentes DFPC (Comando do Exército – Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados); DPF (Departamento de Polícia Federal); ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica); CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear); ANP (Agência Nacional de Petróleo); ANCINE (Agência Nacional do Cinema); ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); MD (Ministério da Defesa), MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), dentre outros; para tramitação das licenças e/ou anuências necessárias nos processos de importação/exportação, mediante solicitação da Contratante;
- Diligenciamento do despacho alfandegário, de forma a ter sua efetivação dentro até do segundo período de armazenagem para embarques aéreos, bem como informar à UFPR a evolução dos processos de desembaraço. Os dispêndios gerados por ultrapassar o segundo período de armazenagem serão de total responsabilidade da Contratada, exceto quando esta comprovar que o atraso ocorreu por culpa exclusiva da própria Contratante, por cargas de parametrização em canal vermelho, por greves, atos governamentais ou motivos de força maior;
- Observação dos prazos legais para diligências necessárias ao desembaraço alfandegário;
- Registro das licenças de Importação (LI) e exportação (DU-E), junto ao SISCOMEX e Portal do Importador/Exportador mediante solicitação da UFPR, em conformidade com os órgãos anuentes;
- Conferência e encerramento do processo de desembaraço aduaneiro, acompanhado dos comprovantes de despesas geradas no processo de liberação alfandegária;
- Em caso de avarias realizar o acompanhamento em vistorias das mercadorias sinistradas em articulação com a Universidade e com as seguradoras e seus vistoriadores;
- A Contratada deverá apresentar quadros com os cálculos comparativos de todos os custos relativos ao transporte local (**item 13** do objeto da licitação), devidamente discriminados e documentados, os quais devem ser apresentados à UFPR para análise e aprovação antes do embarque da carga no exterior. Cobranças de gastos de natureza distinta dos incluídos nas tabelas não serão aceitas;
- Cálculo de taxas, impostos e demais despesas de despacho alfandegário, se for o caso.

b) Logística Nacional e Internacional de cargas (incluindo seguro)

- Recebimento do pré-alerta com antecedência ao embarque, assim como de todos os documentos vinculados ao processo, bem como análise das informações relevantes ao embarque internacional, disponibilizadas pelo exportador;
- Contato, acompanhamento e intermediação com Agências de transporte aéreo nas origens.
- Negociação das melhores tarifas para transporte local, rotas, transit time e free time. Para os custos com frete internacional, serão aplicados os valores fixados em tabela a ser disponibilizada junto ao Edital, no momento da licitação.
- Programação junto às companhias aéreas quanto às datas de embarque e desembarque de acordo com a disponibilidade da mercadoria para coleta, e comunicação à UFPR;
- Acompanhamento quanto ao embarque e desembarque da mercadoria e demais condições necessárias ao desembaraço aduaneiro (Avarias, Sistema mantra, Documentos, Licenças, etc);
- Comunicação sistemática à UFPR, por e-mail, de pré-aviso de embarque e aviso de chegada, bem como disponibilização de documentos enviados pela Origem do Embarque (Invoice, Packing List, Conhecimento de Embarque);
- Contratação de seguro ou inclusão das cargas da UFPR na apólice de Seguro Internacional mantida pela Contratada para todos os embarques aéreos, sendo obrigatório o envio da averbação do seguro juntamente com os outros documentos comprobatórios dos custos.

c) Outras atividades correlatas:

- Informar oficialmente os nomes dos despachantes aduaneiros que serão responsáveis pelos desembaraços aduaneiros nas regiões informadas neste documento e comunicando qualquer alteração na lista, para que o registro no RADAR esteja sempre atualizado;
- Para alguns casos, a Unidade de Apoio às Contratações Diretas da UFPR fará a coleta da carga diretamente no aeroporto. Quando o frete doméstico estiver sob responsabilidade da Contratada, esta deverá entregar o objeto da importação nas dependências da UFPR, na presença do professor/pesquisador solicitante ou representante, conforme indicado pela Unidade de Apoio às Contratações Diretas na solicitação do serviço;
- Representar a UFPR, sempre que necessário, junto às Delegacias, inspetorias, SISCOMEX/Portal Único, postos da Receita Federal, Companhia de Aviação e Seguradoras por onde o processo físico de importação ou exportação transitar, a fim de obter o respectivo desembaraço alfandegário;
- Gerenciar, junto às Delegacias da Receita Federal, a liberação e descarga de equipamentos, materiais e produtos que sejam importados ou exportados pela UFPR, bem como os recebidos em doação ou exportação temporária;
- Providenciar o desembaraço aduaneiro e todo o expediente e termos de responsabilidade, pagamento de fretes, taxas, impostos, armazenagens e outras despesas acessórias de importação e exportação, porventura existentes, mediante autorização prévia expedida pela UFPR;

- Estabelecer permanente contato com o agente embarcador, visando um pleno conhecimento das importações em trânsito do interesse da UFPR;
- Proceder ao desembaraço aduaneiro, mediante solicitação da UFPR;
- Emitir relatórios do status de liberação das cargas da UFPR, sempre que solicitado.

d) Informações complementares:

- Após o desembaraço efetivamente realizado, a Contratada deverá apresentar, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de importação, comprovando todas as despesas e documentos originais (Faturas, CI, DI e respectivas Adições, Notas Fiscais, Recibos, etc.), constatando o detalhamento das despesas, para que assim possibilite o pagamento destes numerários;
- Todos os valores referentes a fretes, taxas, impostos, seguros, armazenagens e outras despesas acessórias porventura existentes, serão pagos pela Contratada e ressarcidos pela UFPR, não se admitindo nenhum tipo de adiantamento de valores;
- No caso de aquisição de gelo seco (item 11), a Contratada deverá apresentar a pesquisa de mercado com a comprovação da melhor proposta para a aquisição. Essas estimativas serão submetidas à UFPR para aprovação, somente após o que a Contratada prosseguirá com o procedimento. Os custos devem ser em Reais (R\$);
- Somente será aceito o faturamento de serviços efetivamente prestados, ou seja, fica vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados;
- Sempre que necessário a Contratada deverá prestar orientação, indicando procedimentos necessários a assuntos relacionados aos despachos e desembaraços aduaneiros para importação, bem como pela orientação técnica quanto à condição da documentação e informação obtidas em relação à Legislação Alfandegária;
- A contratada é responsável pela observância da Legislação pertinente ao comércio exterior.

Especificação da garantia do serviço

5.3 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O gerenciamento dos saldos para a utilização pela UFPR da ata de registro de preços será responsabilidade da **Unidade de Apoio às Contratações Diretas - UFPR/PROAD/CLIC/UACD**.

6.2 A Ata de Registro de Preços e o contrato deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5 A UFPR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5.1 Após a assinatura Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

6.8 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.9.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, no processo de compra será indicado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/bens, a cada empenho ou contrato gerado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 12, da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato ou a unidade responsável pelo gerenciamento dos saldos da ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou a unidade responsável pelo gerenciamento dos saldos da ata de registro de preços.

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato ou a unidade responsável pelo gerenciamento dos saldos da ata de registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.17 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.19 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.20 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.21 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.22 Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.23 Para o gerenciamento das atas de registro de preços aplicar-se-á no que couber o disposto nesta sessão.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Os serviços deverão ser executados conforme indicação da unidade solicitante, podendo as entregas ocorrer em qualquer um dos endereços citados no **Anexo G**, para as importações realizadas.

7.1.2 Os serviços de transporte internacional de cargas, objeto desta licitação, deverão ser completados em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilidade da carga informada pelo exportador e validada pela UFPR.

7.1.2.1 O serviço de despacho aduaneiro deverá ser completado dentro do primeiro período de armazenagem, contados a partir da entrada da carga no Aeroporto Internacional Afonso Pena para os embarques aéreos.

7.1.2.2 Caso não seja possível atender aos prazos estabelecidos neste Título, a Contratada deverá comunicar a Contratante e apresentar justificativas para o impedimento.

7.1.3 O processo de Desembaraço aduaneiro deverá ocorrer de forma que as despesas acessórias como armazenagem e capatazia sejam as menores possíveis.

7.1.4 Todos os valores referentes a fretes, taxas, impostos, seguros, armazenagens e outras despesas acessórias porventura existentes, serão pagos pela Contratada e ressarcidos pela UFPR, não se admitindo nenhum tipo de adiantamento de valores.

7.1.5 A Contratada deverá realizar o fornecimento dos serviços empenhados, sem qualquer exigência de pedido mínimo para a entrega.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produziu os resultados acordados,

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a unidade de medida para faturamento e a mensuração do resultado, considerando a natureza dos serviços descritos neste termo de referência, sendo realizado o pagamento após o recebimento definitivo dos serviços pelo fiscal do contrato.

Do recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.1 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5.2 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5.3 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a realização dos serviços solicitados que efetivamente foram concluídos e recebidos pela equipe de fiscalização, conforme unidades de medida e rotinas dispostas neste instrumento.

7.7 Ao final de cada período de faturamento:

7.7.1 o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.13.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.17 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

7.21 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.23 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.27 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28 No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.29 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

7.30 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1 Independentemente do percentual de tributo na nota fiscal, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.33 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/03/2025.

7.34 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.35 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.36 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.37 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.38 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.39 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.40 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.41 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.41.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.41.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7.42 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (da fase da execução contratual)

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv. Multa, considerando os seguintes parâmetros:

ID	Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
a)	Dar causa à inexecução parcial do objeto contratado por razões não contempladas nas demais sanções da presente tabela	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
b)	Recusar-se ou deixar de prestar parcela do Contrato na prestação dos serviços, nos prazos contratados	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
c)	Interromper a prestação dos serviços, após iniciada a execução dos mesmos	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
d)	Recusar-se ou deixar de atender solicitação formal da fiscalização do Contrato, ou deixar de cumprir normas internas da UFPR, necessários à boa execução contratual	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	De 0,5% a 20% do valor do serviço solicitado
e)	Deixar de ressarcir danos ao patrimônio da UFPR ou à integridade física ou	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Moratória de 0,2% por dia em que a falha persistir sobre o do valor do serviço solicitado, até o limite de 10%. Compensatória de até 10% do valor do valor do serviço solicitado, sem prejuízo das demais custas com o ressarcimento dos danos causados

	patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão durante a execução do Contrato			
f)	Entregar serviço com características diversas daquelas constantes no Edital de Licitação, recusando-se ou deixando de efetuar a substituição no prazo fixado pela UFPR	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% sobre o do valor do serviço solicitado
g)	Deixar de contratar seguro da carga: para cargas com sinistros	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% do valor do empenho em cuja execução se deu o descumprimento, sem prejuízo do ressarcimento do produto sinistrado
h)	Deixar de adquirir ou repor gelo seco para as cargas perecíveis.: Havendo perda ou dano da carga em decorrência da falta de gelo seco	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% do valor do empenho em cuja execução se deu o descumprimento, sem prejuízo do ressarcimento do produto danificado
i)	Deixar de relatar as previsões de coleta, embarque ou chegada das cargas previstas (Pré-Alerta):	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 5% do valor do empenho em cuja execução se deu o descumprimento
j)	Deixar de manter os documentos de habilitação ou SICAF atualizado, prejudicando a conclusão dos procedimentos de empenho da prestação dos serviços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% sobre o valor dos serviços que seriam contratados
k)	Recusar-se ou deixar de receber a nota de empenho referente à ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I	Advertência	Até 20% sobre o valor dos serviços que seriam contratados
l)	Dar causa à inexecução parcial do	Lei 14.133/2021,	Impedimento de licitar e contratar no	Agravada em 50% em relação à prevista para os casos de advertência

	contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	art. 155 inc. II	âmbito da União por até 1 ano	
m)	Recusar-se ou deixar de fornecer serviço registrado em Ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos	Até 30% em relação ao valor total da ARP
n)	Ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VII	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos	Até 10% em relação ao valor total da ARP
o)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
p)	Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
q)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
r)	Comportar-se de modo inidôneo	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos,	Até 30% do valor total da ARP

			pelo prazo de 36 a 60 meses	
s)	Cometer fraude de qualquer natureza	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
t)	Omitir informações em notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
u)	Falsificar ou alterar notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP
w)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% do valor total da ARP

8.2.1. As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas da Contratada nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.6.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.7 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço para o Grupo.

9.1.1 O modo de disputa será o Aberto, tendo como intervalo de lances para os itens 02 a 05 em 0,25% do valor dos itens convertidos em moeda Real.

9.1.2 Para o item 01 será adotado critério de maior desconto (a ser aplicado de forma linear com valores de faixa de peso e localidade conforme anexo H) o intervalo mínimo de lances de 0,01%.

9.1.3 Os itens 06 a 09 não serão disputáveis.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário.

Crêterios de aceitabilidade de preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

· 9.3.1 Para o item 01 o critério de disputa o maior desconto sobre a tabela de Transporte Internacional de Cargas Comuns. O desconto será replicado de forma linear para cada célula que compõe a planilha de referência (conforme Anexo E). Sendo que os valores informados nas células correspondem à moeda de origem. Para este item deverá ser informado o valor resultante do índice calculado.

o O valor de índice é resultante da somatória dos valores de referência aplicado aos percentuais ponderados por categoria de origem e de peso.

· Para os itens 02 a 05 o critério de disputa será o de menor preço.

· Para os itens 06 a 09 os licitantes apenas deverão repetir os valores de referência, visto que se trata de valores de repasse para custos e taxas necessários para a execução dos serviços, onde a UFPR fará o devido ressarcimento a contratada. **O lançamento de valores inferiores ao indicado na planilha de referência (tabela do título 1) ensejará a desclassificação das licitantes.**

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.5 Habilitação jurídica

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- h) Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.5.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.6.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.7 Qualificação Econômico-Financeira

9.7.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.8 Qualificação Técnica

9.8.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.8.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) prestação de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, compatível com o objeto desta licitação, devendo constar ainda, se o fornecedor está cumprindo ou tenha cumprido o atendimento de modo satisfatório.

9.8.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.8.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.8.1.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.8.1.5 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora

9.8.2 Indicação do Despachante Aduaneiro responsável;

9.8.2.1 A Indicação do Despachante Aduaneiro deve vir em forma de declaração conforme modelo constante no **Anexo F**.

Documentos de Aferição de Proposta:

9.9 Planilha de cálculo de Índice referente ao item 01 com o preenchimento dos respectivos valores por localidade e peso, conforme Anexo H.

Disposições gerais sobre habilitação

9.10 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Dos Documentos necessários para assinatura da Ata de Registro de Preços

9.15 Recomenda-se que os licitantes providenciem seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR, visando agilizar os trâmites para assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação).

9.15.1. O cadastro deve ser feito pelo representante legal da empresa, no sítio www.sei.ufpr.br/, escolhendo a opção “Acesso Usuário Externo”.

9.15.2. A assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação) poderá ser realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

9.15.2.1. Não haverá envio de documentos por correio nas situações cuja assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação) seja realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 481.251,80 (quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

Observação: O item 01 não se trata de valor financeiro a ser somado junto aos demais custos da contratação.

No entanto dado que o sistema Comprasnet não está parametrizado para entender valores divergentes ao financeiro, o valor aparecerá registrado como um total de R\$ 527.958,13 (situação em que seria somado o valor do item 01 ao valor estimado da contratação).

10.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice para a contratação; ou

10.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas advindas do presente pregão correrão por conta dos recursos consignados no orçamento próprio desta UFPR.

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ANEXO A

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O adjudicatário terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho, constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3 O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 A Nota de Empenho substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (**Anexo B**).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 São obrigações do Contratante:

3.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

3.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.5 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.14 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.16 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.17 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Manter preposto ou representante aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

4.1.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

4.1.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8 Não contratar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.1.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

4.1.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- 4.1.17 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.18 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.20 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.21 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.22 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 4.1.23 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 4.1.24 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- 4.1.25 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.1.26 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 4.1.27 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.28 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.29 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.30 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.31 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.33 Somente será aceito o faturamento de serviços efetivamente prestados, ou seja, fica vedada a cobrança de desembargos que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados.
- 4.1.34 O serviço do despacho aduaneiro finda com a disponibilização da carga, livre e desimpedida, nas dependências da UFPR, podendo as entregas ocorrer em qualquer um dos endereços citados no Anexo III, para as importações realizadas.
- 4.1.35 O Despacho Aduaneiro deverá ocorrer na cidade de Curitiba – PR. Nos casos impossíveis de serem resolvidos na referida cidade, a Contratada deverá comunicar e apresentar justificativa para o impedimento, e nos casos em que for possível, deverá providenciar o planejamento e os procedimentos necessários para DTA – Despacho Aduaneiro em Trânsito, se for o caso, para que o Desembarço final ocorra na alfândega de Curitiba - PR.
- 4.1.35 Em todos os casos de importação, o serviço é dado como realizado com a descarga dos itens importados nas dependências da UFPR, com a carga livre e desimpedida.
- 4.1.36 A Contratada deverá observar os dispositivos legais que disciplinam a execução do presente serviço, principalmente com respeito às disposições sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica.
- 4.1.37 A Contratada deverá encaminhar o pré-alerta, prévio ao embarque, para que a Unidade de Apoio às Contratações Diretas possa conferir toda a documentação recebida e possa acompanhar o trânsito da carga em conjunto com a Contratada.
- 4.1.38 A Contratada deverá apresentar à Unidade de Apoio às Contratações Diretas da UFPR a relação de seus agentes/representantes, com dados completos: razão social, telefone, e-mail e endereço nos países de destino, conforme tabela anexada a esse processo na medida em que for solicitado.
- 4.1.39 A Contratada deverá agenciar o transporte das cargas, segurada no valor do principal (valor do bem) acrescido do valor do frete internacional, para que em caso de sinistro ocorra o ressarcimento no montante que comporte uma nova compra do mesmo bem sinistrado.
- 4.1.40 A Contratada deverá realizar seguro da carga, no valor do principal (valor do bem) acrescido do valor do frete internacional. Dessa forma, em caso de sinistro, será possível que ocorra a compra de bem idêntico ao sinistrado.
- 4.1.41 O seguro deverá cobrir o valor do bem acrescido do valor do frete internacional, deverá conter cobertura ampla, com cláusula de guerras e greves, deverá possibilitar a cobertura, inclusive, de produtos usados (casos raros) e cobrir todas as regiões informadas.
- 4.1.42 A Contratada deverá apresentar cópia da apólice de seguro conforme indicações do item acima.
- 4.1.43 Em caso de acidentes com carga, cuja responsabilidade do Agente de Cargas ou do despachante aduaneiro for comprovada, estes deverão arcar com as despesas de ressarcimento à Contratante.
- 4.1.44 Nos casos em que o exportador enviar cargas por COURIER à revelia das instruções de embarque da UFPR, a Contratada deverá efetuar os pagamentos solicitados pelo Courier para posterior ressarcimento mediante apresentação das notas fiscais do Courier.
- 4.1.45 Quando houver a inclusão de pick-up (Coleta) decorrente de imposição do Incoterm EX-WORKS pelo exportador, a Contratada deverá negociar junto aos seus parceiros o melhor valor para esta parcela.

4.1.46 Efetuar o pagamento antecipado da armazenagem referente ao período em que a carga estiver no recinto alfandegado à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e/ou EADI, para posterior ressarcimento pela Contratante, quando for o caso, assim como pagamento de despesas eventuais, quando solicitado pela UFPR.

4.1.47 Efetuar a recolocação de gelo seco nas cargas perecíveis desde a origem até o momento da retirada da carga do recinto alfandegado. As despesas com a compra do gelo seco serão ressarcidas pela Contratante, mediante apresentação das notas fiscais de compra do gelo seco (não será aceito notas fiscais de compra de gelo seco adquiridas no mercado nacional em moeda estrangeira).

4.1.48 Providenciar a correta armazenagem, principalmente das cargas de geladeira e gelo seco, desde a coleta da carga até a entrega da documentação à Contratante e, no caso de exportação, ao Exportador. Devendo ser dado tratamento prioritário aos produtos perecíveis.

4.1.49 Responsabilizar-se pela correta emissão da documentação de embarque, inclusive apresentando os certificados de transporte de cargas perigosas do IATA (Associação Representativa do Transporte Internacional de Cargas) do parceiro no exterior, sempre que solicitado. A comprovação do certificado IATA deverá estar acompanhada de tradução juramentada.

4.1.50 Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato, certificado do IATA (Associação Representativa do Transporte Internacional de Cargas) para transporte e manuseio de cargas perigosas, exigência dos exportadores da região dos Estados Unidos da América, da Contratada ou de seu parceiro responsável pelo embarque na origem da carga.

4.1.51 Verificar se a documentação recebida do Exportador está de acordo com as orientações constantes das instruções de embarque emitidas pelo Importador.

4.1.52 O Agente Embarcador deverá buscar a melhor rota, dentro do menor custo possível, observado o menor tempo, principalmente para os casos de produtos deterioráveis.

4.1.53 A Contratada deverá utilizar a taxa cambial informada pelo Banco Central do Brasil vigente na data do faturamento para as despesas de frete internacional e informar a taxa utilizada no documento de faturamento e de despesas reembolsáveis.

4.1.54 A Contratada deverá relatar à Contratante, quinzenalmente, por via de relatório discriminando previsão de coleta, previsão de embarque, previsão de chegada, enfim relatando a situação em que se encontra o processo de transporte de cada carga.

4.1.55 A Contratada deverá apresentar faturas individualizadas por processo, referenciar o número do processo na fatura, referenciar número do conhecimento de transporte, apresentar os valores referentes às tarifas na moeda estrangeira, informar a tarifa de conversão, o valor convertido em reais, discriminar as taxas administrativas e taxas no exterior, assim como, apresentar percentual de retenção dos impostos incidentes na prestação do serviço de transporte internacional.

4.1.56 A SDA – Taxa do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros - será recolhida pela Contratada.

4.1.57 Caberá a Contratada o pagamento dos fretes internacionais para posterior ressarcimento pela Contratante mediante demonstrativos de despesas e Nota fiscal:

a) Os comprovantes do pagamento do frete internacional deverão ser encaminhados à Contratante;

b) O pagamento pela UFPR à Contratada será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal de prestação dos serviços.

4.1.58 Em caso de acidentes com carga, cuja responsabilidade do Agente de Cargas ou do despachante aduaneiro for comprovada, estes deverão arcar com as despesas de ressarcimento à Contratante.

4.1.59 A empresa Contratada deverá possuir profissional DESPACHANTE ADUANEIRO, devidamente registrado junto a Receita Federal do Brasil.

4.1.60 caso de alteração do Despachante indicado na fase de habilitação, deverá ser comunicado a Unidade de Apoio às Contratações Diretas da UFPR.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art.

37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1 A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3 Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6.4 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3 Indenizações e multas.

6.6 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná / Subseção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO B**TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento,(identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital do Pregão Eletrônico nº 90.031/2026*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico nº 90.031/2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO C**MODELO DE PROPOSTA**

PROCESSO Nº 23075.002714/2026-21
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026 - UFPR (UASG 153079)

Dados da Empresa:	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura da ata, número de telefone, fixo e/ou celular)
Dados para Pagamento:	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01				
02				
03				
(...)				

Do Detalhamento dos Custos de Fornecimento:

Item	Descrição	% Frete	% Impostos e Tributos	% Custos Indiretas e Lucro
01				
02				
03				
04				
(...)				

Da forma de Entrega da Garantia do Contrato:

- (x) Não se aplica (Não há exigência de garantia contratual)
- () Seguro Garantia (nos termos do § 3º do art. 96 Da Lei 14.133/2021)
- () Caução em Dinheiro
- () Títulos da Dívida Pública
- () Fiança Bancária

- Validade da proposta: 90 (noventa) dias.
- Neste preço estão incluídas todas as despesas com frete, impostos e outros.

Local e data.

Assinatura do Responsável

ANEXO D
MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>		
E-mail	xxxxxx	Telefone	xxxxxxxx

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES
<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB> <Ex.: nome do responsável pelo recebimento> <Ex.: endereço para entrega> <Ex.: Horários para entrega> <Ex.: Prazo máximo para o recebimento>

ANEXO E

Planilha de referência para os valores de Transporte internacional de cargas comuns, com destino final no Aeroporto Internacional de Curitiba.

(Valores máximos admitidos)

Percentual de uso da origem	LOCAL	20%	20%	40%	10%	8%	2%	Moeda
		Mínimo	<45Kg	>45Kg	>100Kg	>500Kg	>1000Kg	
43,00%	MIAMI	234,60	5,87	4,77	4,40	3,77	3,17	USD
10,00%	NY	236,49	6,04	4,90	4,49	3,82	3,14	USD
10,00%	LOS ANGELES	264,05	6,58	5,43	4,97	4,25	3,56	USD
3,00%	CHICAGO	260,85	6,42	5,27	4,84	4,17	3,49	USD
12,00%	FRANKFURT	204,26	8,32	6,81	5,46	3,85	2,98	EUR
1,00%	HONG KONG	295,38	13,55	11,66	8,94	7,03	6,07	USD
0,50%	SEUL	255,83	11,66	9,43	7,48	5,99	5,07	USD
1,50%	MONTEVIDEO	282,62	7,35	5,90	4,50	3,91	3,02	USD
3,50%	TOKYO/OSAKA	50.725,37	1.911,91	1.674,25	1.286,75	1.079,85	864,14	JPY
0,50%	MADRID	225,71	6,77	5,83	4,63	4,02	3,26	EUR
1,50%	ESTOCOLMO	2.988,85	100,55	89,22	83,68	63,75	47,79	SEK
1,50%	LONDRES	251,47	6,27	5,43	4,03	3,06	2,83	GBP
3,00%	ROMA	260,31	6,74	5,73	4,45	3,42	3,05	EUR
1,00%	PARIS	227,20	7,90	6,13	4,82	3,71	3,15	EUR
1,50%	SYDNEY	394,87	15,69	12,64	10,09	7,68	6,53	AUD
1,00%	KOPENHAGEN	2.130,13	68,48	54,46	42,68	31,28	26,66	DKK
0,50%	ZURIQUE	244,07	9,52	7,47	5,93	4,17	3,53	CHF
0,50%	LISBOA	291,23	7,02	5,89	4,92	3,68	3,43	EUR
1,00%	TORONTO	283,97	13,61	11,13	8,40	7,12	6,13	CAD
0,50%	MONTREAL	310,95	16,15	13,07	9,77	8,21	7,06	CAD
0,50%	MALASIA	336,22	19,79	15,45	12,59	9,41	7,97	USD
2,00%	AMSTERDAM	230,42	7,90	6,35	5,02	3,79	3,24	EUR
0,50%	TEL AVIV	368,00	12,77	10,26	7,91	6,15	5,45	USD

· O cálculo do índice foi dado pela somatória dos valores: (preço por região x peso) x (índice ponderado da região) x (índice ponderado por peso) x coeficiente para disputa da licitação (100).

· O índice referencial do Item está estimado em **46.706,33** (quarenta e seis mil, setecentos e seis interior e trinta e três décimos). Os valores constantes na planilha de referência representam os valores máximos aceitáveis para cada região.

· Os valores apresentados na planilha correspondem a moeda de origem de cada região.

· Apresentação dos pesos a serem considerados na apresentação da tabela:

- o Tarifa Mínima
- o Abaixo de 45 kg
- o Acima de 45 kg
- o Acima de 100 kg
- o Acima de 500 kg
- o Acima de 1000 kg

· As referências percentuais dos índices ponderados por região e dos índices ponderados por peso, são dados com base no histórico dos processos da UFPR. Quanto maior o índice, maior a frequência de processos para a região com o respectivo peso.

· Os preços informados nas planilhas deverão ser na modalidade **FCA**.

ANEXO F

MODELO DE DECLARAÇÃO INDICAÇÃO DE DESPACHANTE ADUANEIRO

Em atendimento ao item XXXX do Pregão Eletrônico nº 90.031/2026, declaramos que o profissional....., portador do CPF nº será(ão) o(s) Despachante Aduaneiro, Responsável(is) que acompanhará(ão) a execução da prestação do serviço, caso esta empresa logre vencer a presente licitação.

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

Empresa

ANEXO G
LISTA DE ENDEREÇOS UFPR

PRÉDIO HISTÓRICO

Praça Santos Andrade, 50

Centro, Curitiba –PR.

CEP: 80020-300

REITORIA

Rua XV de Novembro, 1299

Centro, Curitiba – PR

CEP: 80060-000

PROAD

Rua Dr. Faivre, 105

Edifício José Rodrigues Vieira Netto

Centro, Curitiba – PR

CEP: 80060-140

PROGEPE

Rua Dr. Faivre, 590

Centro, Curitiba – PR

CEP: 80060-140

CAMPUS CENTRO POLITÉCNICO

Rua Cel. Francisco H. dos Santos, 210 (esquina c/BR 277)

Jardim das Américas, Curitiba – PR

CEP: 81531-980

CAMPUS AGRÁRIAS

Rua dos Funcionários, 1540

Cabral, Curitiba – PR

CEP: 80035-050

CAMPUS JARDIM BOTÂNICO

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632

Jardim Botânico, Curitiba – PR

CEP: 80210-170

CAMPUS JUEVÊ

Rua Bom Jesus, 650
Juevê, Curitiba –PR
CEP: 80035-010

CAMPUS REBOUÇAS

Av. Sete de Setembro, 2645
Rebouças, Curitiba, PR
CEP 80230-010

CAMPUS JARDIM DAS AMÉRICAS – SEPT

Rua Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1225
Jardim das Américas, Curitiba – PR
CEP: 81520-260

DEPARTAMENTO DE ARTES

Rua Coronel Dulcídio, 638
Batel, Curitiba – PR
CEP: 80420-170

BIBLIOTECA CENTRAL/RU CENTRAL

Rua General Carneiro, 360/370/380
Centro, Curitiba –PR.
CEP: 80020-300

EDIFÍCIO JOSÉ MUNHOZ DE MELLO

Rua Ubaldino do Amaral, 321
Alto da Glória, Curitiba, PR
CEP 80060-195

SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENFERMAGEM

Rua Conselheiro Araújo, s/n, (esquina c/ Gal. Carneiro) Centro, Curitiba – PR
CEP: 80060-900

SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – SEDE CENTRO

Rua Padre Camargo, 280 (Fundos do Hospital de Clínicas)
Alto da Glória, Curitiba – PR
CEP: 80060-240

UNIDADE ADMINISTRATIVA PIRAQUARA

Rod. Deputado João Leopoldo Jacomel, 4015
Laranjeiras, Piraquara – PR
CEP: 83.302-000

FAZENDA EXPERIMENTAL CANGUIRI

Rua Ivone Pimentel, 1000
Canguiri, Pinhais – PR
CEP: 83326-730

MATERNIDADE VICTOR FERREIRA DO AMARAL

Avenida Iguaçu, 1953, Água Verde, Curitiba – PR
CEP: 80250-190

CAMPUS LITORAL

Rua Jaguariaíva, 512
Matinhos – PR
CEP: 83260-000

CAMPUS PALOTINA

Rua Pioneiro, 2153
Jardim Dallas, Palotina – PR
CEP: 85950-000

CAMPUS PONTAL DO PARANÁ

– CENTRO DE ESTUDOS DO MAR
Av. Beira Mar, s/nº
Pontal do Paraná – PR
CEP 83255-971

CAMPUS MIRASSOL

Rua Rio Grande do Norte, 145 – Entrada 10
Balneário Mirassol, Pontal do Paraná – PR
CEP 83255-000

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA – MAE / PARANAGUÁ

Rua Quinze de Novembro, 575,
Centro Histórico, Paranaguá – PR
CEP: 83.203-010

CAMPUS PIRAQUARA

Rod. Deputado João Leopoldo Jacomel, 4015
Laranjeiras, Piraquara – PR
CEP: 83.302-000

CEEX – FAZENDA CANGUIRI

Rua Ivone Pimentel, 1000
Canguiri, Pinhais – PR
CEP: 83.326-730

CAMPUS JANDAIA DO SUL

Rua Dr. João Maximiano, 426
Jandaia do Sul – PR
CEP: 86900-000

EXTENSÃO MARIPÁ

Prolongamento da Av. General Canabarro, s/n
Maripá – PR
CEP 85955-000

CAMPUS TOLEDO

Rua General Rondon, 2195
Jardim La Salle, Toledo – PR
CEP 85902-090

ANEXO H

A planilha a ser disponibilizada aos licitantes encontra-se em anexo externo ao termo em arquivo em formato Excel (.xlsx)

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
UNIDADE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE LICITAÇÕES
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

Número do processo 23075.002714/2026-21

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A UFPR faz importações para desenvolvimento de pesquisa científica, tecnológica e clínica para os diversos setores da UFPR e Complexo Hospital de Clínicas. A logística de transporte internacional de cargas não está contemplada no rol de serviços prestados pela UFPR, obrigando a terceirização dessa atividade. A UFPR não teria, também, condições, do ponto de vista da infraestrutura logística e de pessoal habilitado, de prestar esse tipo serviço, pois demandaria criar e dar manutenção em infraestrutura em cada país de cada continente de onde as cargas adquiridas pela UFPR são originárias.

O despacho aduaneiro é um processo obrigatório exigido pela Receita Federal para realizar qualquer tipo de importação ou exportação de produtos e bens. Concentra todas as ações necessárias para resolver, em uma linha única, as exigências e demandas inerentes aos processos de importação/exportação, onde se verifica a concordância entre produtos e documentação, a veracidade das informações declaradas, além de recolhimento dos tributos relacionados e o pagamento de despesas alfandegárias.

A contratação pretendida deverá contemplar, também, os serviços de despacho aduaneiro, excepcionalmente, para as regiões de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto de Paranaguá. O prestador do serviço de transporte internacional de cargas poderá ser o mesmo de despacho aduaneiro.

Em casos específicos, algumas cargas entram pelos portos ou aeroportos determinados pela Vigilância Sanitária, a exemplo de importação de produtos controlados de itens constantes na Portaria SVS/MS Nº 344/1998. A entrada do produto no Brasil e o despacho alfandegário de produtos controlados é, obrigatoriamente, feita pelos aeroportos abaixo informados e que são habilitados para tal pela Vigilância Sanitária/MS.

- Porto do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ)
- Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro - Aeroporto Maestro Antônio Carlos Jobim (Rio de Janeiro, RJ)
- Porto de Santos (Santos, SP)
- Aeroporto Internacional de São Paulo - Aeroporto Governador André Franco Montoro (Guarulhos)
- Aeroporto Internacional de Viracopos (Campinas - SP)

A Inclusão do Aeroporto Internacional de Viracopos é para os casos em que as cargas cheguem por Courier e são atracadas pela Receita Federal do Brasil, obrigando a UFPR a proceder com o desembaraço formal.

O cumprimento das rotinas de importação depende dessa infraestrutura logística, sem a qual não é possível a liberação alfandegária dos produtos importados pela UFPR. Com a chegada das cargas aos portos e aeroportos brasileiros, inicia-se a aplicação das legislações vigentes no comércio exterior, imputando responsabilidades e custos para o importador. A demora na retirada dos produtos das alfândegas ou a negativa na retirada implicará em penalidades que variam, desde altos custos de armazenagem até a pena de perdimento da carga e apuração de responsabilidades para ressarcimento ao erário.

Considerando o caráter da prestação do serviço, que traz certa inviabilidade para a determinação precisa dos quantitativos a serem contratados, o Sistema de Registro de Preços, continua se apresentando como melhor alternativa para a contratação pretendida. A opção pelo registro de preços, ainda, além de facilitar o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, irá possibilitar a melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

A decisão pela execução indireta dos serviços se justifica por se tratar de atividade especializada, cujo escopo não integra o rol de atribuições dos servidores da instituição, além de se tratar de atividade acessória, conforme classificação do Decreto 9.507/2018.

Para a presente contratação foram observados os princípios da padronização, conforme previsto no Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, no entanto até o presente momento não foram produzidos estudos ou catálogos pelo governo federal que sejam compatíveis com o objeto

pretendido.

A partir das informações levantadas, pode-se classificar os serviços pretendidos como comuns, nos termos do Art. 6º da Lei 14.133/2021.

2.1 Normas disciplinares dos serviços

Os serviços pretendidos são disciplinados pelos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal de 1988.
- Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas regulamentadoras.
- O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- [Portaria nº 443, de 27/12/2018](#) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que estabelece os serviços que serão, preferencialmente, objeto de execução indireta;
- [Decreto nº 6.759/2009](#), que regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior;
- [Instrução Normativa SRF nº 680, de 02/10/2006 da Receita Federal do Brasil](#), que disciplina o despacho aduaneiro de importação;
- [Instrução Normativa RFB nº 1984, de 27/10/2020](#), que dispõe sobre a habilitação de declarantes de mercadorias para atuarem no comércio exterior e de pessoas físicas responsáveis pela prática de atos nos sistemas de comércio exterior em seu nome, bem como sobre o credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias e dos demais usuários dos sistemas de comércio exterior que atuam em seu nome
- [Lei nº 8.010/1990](#), que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.
- Lei nº 8.032/1990, que dispõe sobre a isenção ou redução de impostos para importação.
- [Lei nº 13.243/2016](#), que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação (o chamado "marco legal da importação");
- [Decreto nº 7.708/2012](#), que institui a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras operações que produzam variações no patrimônio (NBS);

2.2 Análise do Histórico da Prestação dos Serviços

A demanda, atualmente, é atendida pelo ARP Nº 148/2024, originado do Pregão 90.020/2024 (processo 23075.076994/2023-61).

Tabela 1 – Resumo dos processos de importação por localidade. O histórico de consumo desprezou as operações realizadas em 2021 e 2022, pois, devido à pandemia mundial da COVID-19, afetou as importações e exportações realizadas pela UFPR. Assim, a inserção de tais dados distorceria as quantidades necessárias ao objeto em situação de normalidade.

* Os dados de 2023 são referentes à 8 meses de ata vigente, acrescidos de uma previsão proporcional ao tempo restante de ata.

* Os dados de 2026 são referente a 3 meses de ata;

Da relação de itens licitados no Pregão nº 037/2023 e 90.020/2024 temos os seguintes dados no histórico de consumo:

Item	Especificação	Unidade	PE 90.020/2024		PE 037/2023	
			Qtde licitada	Total Empenhado	Qtde licitada	Total Empenhado
1	Transporte internacional de cargas comuns, com destino final no Aeroporto Internacional de Curitiba.	índice	1	Não se aplica	1	Não se aplica
2	Despesa de destino - taxa fixa para serviços de desconsolidação de carga, por carga agenciada via aérea.	serviço	80	15	65	11
3	Despesa de destino - <i>collect fee</i> por carga agenciada via aérea.	serviço	80	15	65	10
4	Despesa de destino - <i>delivery fee</i> por carga agenciada via aérea.	serviço	80	15	65	10

5	Serviço de despacho aduaneiro Aeroporto Internacional de Curitiba.	serviço	10	10	Não licitado neste PE	
6	Serviço de despacho aduaneiro nas demais localidades informadas no Título 5.1, alínea "b - i" do Termo de Referência.	serviço	30	5	10	3
7	Serviço de reposição de gelo seco.	serviço	20	0	20	0
8	Valor para repasse dos custos com transporte internacional de cargas (item 1). Será aplicado o valor obtido na tabela do item 1 ao local e volume transportado, para as cargas transportadas via aérea.	serviço	500.000	140.910	2.313.584	771.803
9	Valor para repasse dos custos com as cargas despachadas via courier, por decisão do exportador. Neste caso, não se aplicam os valores de transporte internacional associados aos itens 1, 2, 3 e 4.	serviço	50.000	11.805	99.400	39.889
10	Valor para repasse de taxas de serviços de órgãos fiscalizadores (INMETRO, ANVISA e outros).	serviço	20.000	0	100.000	0
11	Valor para repasse dos custos com aquisição de gelo seco para reposição.	serviço	10.000	0	100.000	0
12	Valor para repasse dos custos com seguro internacional de cargas.	serviço	80.000	4.850	350.000	88.407
13	Valor para repasse dos custos com transporte local (logística da carga em território nacional).	serviço	60.000	4.274	100.000	57.677

Tabela 2 - Histórico de utilização

Os serviços compõem parte do processo de importação de bens, coordenado pela Unidade de Apoios às Contratações Diretas da Coordenadoria de Licitações e Contratações da UFPR. Em linhas gerais, as atividades desenvolvidas pela unidade são:

PROAD/CLIC/UACD	Assessoria ao pesquisador	Recebimento de recursos do exterior			
		Procedimentos orçamentários			
		Instrução processual			
	Importação	Bens	Importa fácil ciência		
			Material Permanente		
			Material de consumo		
		Serviços	Assinaturas	Anuidades	
				Acesso a base de dados	
			Diversos	Licença de uso de software	
				Inscrição em congressos	
				Publicação e tradução de artigos	
				Manutenção de equipamentos	
				Análises laboratoriais (genética, biotecnológica, etc.)	

Tabela 3 - Resumo das atividades da Unidade de Importação (PROAD/CLIC)

A contratação pretendida visa a atender a linha de importação e exportação de bens e material permanente

A grande maioria das cargas são transportadas por via aérea, com raras ocorrências de necessidade de transporte marítimo. As variáveis utilizadas para decisão pelo modal de transporte são, principalmente, o volume da carga (grandes volumes - seja pela área ocupada no meio de transporte, seja pelo peso da carga - têm melhor estrutura de custos via marítima). Por essa razão, quando houver necessidade de transporte marítimo, será providenciada licitação específica para o objeto a ser transportado, não estando contemplado este modal (todo o serviço de transporte internacional, incluindo desembarço, seguro e transporte no local de destino) na presente contratação.

3 ÁREA REQUISITANTE

Setor requisitante: Unidade de Apoio às Contratações Diretas

Responsável pela demanda: Aristoteles Oliveira Calderaro

*4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A demanda da UFPR tem como base as seguintes características:

a) A Contratada deverá possuir capacidade de agenciamento de cargas e Despacho Aduaneiro, na modalidade aérea, para importação, originárias dos locais indicados:

- Miami – Estados Unidos
- Bruxelas - Bélgica
- Osaka - Japão
- Madrid - Espanha
- Lima - Peru
- Montevideo - Uruguai
- Toronto - Canadá
- Frankfurt - Alemanha
- Áustria
- Estocolmo - Suécia
- Amsterdã - Holanda
- Roma – Itália
- Londres - Inglaterra
- Paris - França
- Hong Kong - China
- Sydney - Austrália
- Copenhague - Dinamarca

b) O destino final das cargas seja sempre o Aeroporto Internacional Afonso Pena (Curitiba);

i. Excepcionalmente, poderá haver necessidade de realização de Despacho Aduaneiro, especificamente:

- Aeroporto Internacional de Curitiba
- Aeroporto Internacional de São Paulo (Guarulhos)
- Aeroporto Internacional de Viracopos (Campinas)
- Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro

c) As atividades de despacho aduaneiro compreenderão: Cadastros no Catálogo de Produtos, Registro de Licenças, Permissões, Certificados e Outros Documentos (LPCO), Declaração Única de Importação (DUIMP) e Declaração Única de Exportação (DU-E), vistorias físicas da carga quando necessário, atendimento às exigências fiscais aduaneiras quando necessário, apoio na classificação tarifária dos bens quando necessário, acompanhamento da disponibilização das cargas no exterior (junto ao exportador), reposições de gelo seco se necessário, se estendendo até a entrega do bem ao demandante da importação no seu laboratório dentro das dependências da UFPR.

d) A Contratada deverá realizar seguro da carga, no valor do principal (valor do bem) acrescido do valor do frete internacional. Dessa forma, em caso de sinistro, será possível que ocorra a compra de bem idêntico ao sinistrado;

i. O seguro deverá conter coberturas para riscos de greves e riscos de guerra para embarques aquaviários e aéreos, e possibilitar, inclusive, a cobertura de produtos usados. A cobertura deverá sempre contemplar o curso da carga da origem ao destino final;

e) A taxa cambial utilizada para o faturamento das despesas de frete internacional e dos serviços da Contratada seja aquela informada pelo Banco Central do Brasil, na data do faturamento e que seja informada na prestação de contas;

f) A empresa contratada deverá encaminhar os documentos que comprovem a contratação e pagamento do frete internacional, em nome da UFPR, a residente e domiciliado no exterior;

i. Os documentos necessários ao cumprimento da exigência são o conhecimento de transporte internacional (AWB) e o contrato de câmbio.

g) O transporte internacional compreende três etapas principais, cada uma com seus custos e responsabilidades definidas conforme Incoterm (International Commercial Terms):

i. Despesas de origem (deslocamento da carga do estabelecimento do exportador até o local de embarque);

ii. Tarifas do frete (custos de embarque, transporte, seguro);

iii. Despesas de destino

- Taxa de desconsolidação (remuneração do agente de carga pelo manuseio de documentação e custos administrativos);
- *Collectfee* (taxa para cobrir despesas de remessas de valores para o exterior);

- *Delivery fee* (taxa de entrega dos documentos do embarque cobrada pela companhia aérea);
- h) Para a comprovação dos valores a serem repassados à Contratada pelos itens 7 a 11, a Contratada deverá apresentar a seguinte comprovação:
 - Apólice e/ou documento equivalente, que comprove a cobertura do seguro contratado e o valor do mesmo;
 - Conhecimento de embarque (Air Waybill), emitido pelo agente de cargas, do qual se possa identificar o valor informado na planilha de cálculo do índice ofertado na licitação (item 1) e outras despesas de origem;
 - Notas fiscais de compra de gelo seco (se necessário, conforme o tipo da carga) para reposição durante o processo de desembaraço.
 - o O serviço de reposição do gelo seco será objeto de disputa na licitação.
 - o As notas fiscais de aquisição do gelo seco deverão sempre ser apresentadas em Reais (R\$);
- i) Entre as obrigações do licitante deverá estar a necessidade de pagamento de anuências aos órgãos intervenientes, tipo INMETRO, ANVISA, entre outros quando for o caso, como parte do desembaraço da carga. Essa necessidade deriva da dificuldade de prever quais órgãos anuentes irão intervir no processo de importação, impossibilitando a manutenção de empenhos estimativos que amparem esses tipos de pagamentos.

4.2 Para atendimento das condições de habilitação, a empresa deverá apresentar:

- Declaração de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução do serviço / fornecimento relacionado com o objeto da presente licitação, devendo constar, ainda, se o fornecedor está cumprindo ou tenha cumprido o atendimento de modo satisfatório.
- Indicação do Despachante Aduaneiro responsável;
- o A Indicação do Despachante Aduaneiro deve vir em forma de declaração.
- Planilha de cálculo de Índice referente ao item 01 com o preenchimento dos respectivos valores por localidade e peso.

4.2.2 Da Qualificação Econômico-Financeira

Para a comprovação das condições de qualificação econômica financeira será exigido somente a certidão negativa de falência, ficando dispensadas as apresentações de balanço patrimonial e demais demonstrativos contábeis.

4.3 Critérios e práticas de sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

Para a execução dos serviços não foram localizados critérios ou práticas de sustentabilidade aplicáveis diretamente à empresa a ser contratada, para a qual compete a intermediação dos serviços de agenciamento de cargas, no entanto serão sempre no que couber de forma direta ou indireta os critérios e práticas de sustentabilidade, contidos na Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e suas alterações, observando o Plano de Logística Sustentável da UFPR:

Quando da aquisição de materiais a serem adquiridos via processo de importação:

- que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- façam uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento

Na prestação dos serviços, quando for aplicável que às empresas:

- forneçam aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- realizem a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- respeitem as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Ainda deverão ser observadas as legislações aplicáveis listadas no título 2.1 deste estudo quando da prestação dos serviços.

4.4 Do seguro Garantia:

Não haverá a necessidade de exigir seguro-garantia para a presente contratação. Não foram identificados prejuízos pela inexecução do Contrato que pudessem ser supridos pela execução da garantia. A equipe de planejamento considera que tal exigência constitui ônus desnecessário ao contrato.

4.5 Da Subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto.

4.6 Da Participação De Consórcio Ou Cooperativa

- a) Será admitida a participação de empresas consorciadas na presente licitação.
- b) Será permitida a participação de Cooperativas.

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

A solução que prevê a contratação de empresa prestadora de serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com os trabalhos sendo realizados nas dependências da empresa, tendo a UFPR acesso ao produto final é a que melhor atende às necessidades da unidade demandante, pois é a mais viável em termos de economicidade e eficiência.

Cumprir destacar que o tipo de serviço a ser contratado é uma atividade privativa de empresas que tenham seu ramo de atividade de Agenciamento de Cargas Internacionais, logística e/ou assessoria internacional, permitindo assim a prestação de serviços de despacho aduaneiro.

Ao analisar os objetos e a forma licitada para os serviços pelos outros órgãos verificamos que as referidas licitações não guardam plena compatibilidade com o formato adotado pela Universidade Federal do Paraná, na grande maioria os objetos são certos e determinados, prevendo apenas o pagamento de honorários, mas sem trazer o devido detalhamento de custos que são inerentes e aplicáveis na prestação dos serviços.

O modelo adotado pela UFPR, além de revelar os custos de transporte internacional para cada faixa de peso e localidade, também traz a precificação das despesas de destino, os serviços de despacho aduaneiro e os custos de repasse que serão praticados na prestação dos serviços.

O presente modelo de contratação previsto neste Estudo Técnico, apesar de não ser novo para a UFPR, traz, em algumas medidas, inovações na forma de contratar alinhada às práticas de mercado, quando comparadas com outras contratações similares em outros órgãos.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços encontra amparo nos incisos I, II e V do art. 3º do Decreto 11.462/2023, e se justifica pelas características do objeto, que necessita contratações frequentes; pela conveniência da contratação de serviços com previsão de entregas parceladas e pela natureza do objeto, em que não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

6 DESCRITIVO DA SOLUÇÃO

6.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, para atender necessidades da Universidade Federal do Paraná.

6.2. Atividades a Serem Executadas:

6.2.1. A presente contratação destina-se dar suporte a todos os procedimentos legais necessários à transposição da fronteira pela mercadoria, produtos e/ou equipamentos, nos processos de importação (Fronteira Nacional e Fronteira no país de origem).

6.2.2. O serviço do despacho aduaneiro finda com a disponibilização da carga, livre e desimpedida, nas dependências da UFPR, podendo as entregas ocorrerem em qualquer um dos endereços da UFPR, para as importações realizadas.

6.2.3. O Despacho Aduaneiro deverá ocorrer na cidade de Curitiba - PR, exceto para os casos de entradas de mercadorias nos aeroportos discriminados na alínea a) do título 4.1. Nos casos impossíveis de serem resolvidos na referida cidade, a Contratada deverá comunicar e apresentar justificativa para o impedimento, e nos casos em que for possível, deverá providenciar o planejamento e os procedimentos necessários para DTA – Despacho Aduaneiro em Trânsito, se for o caso, para que o Desembaraço final ocorra na alfândega de Curitiba - PR. Em todos os casos de importação, o serviço é dado como realizado com a descarga dos itens importados nas dependências da UFPR, com a carga livre e desimpedida.

6.2.4. Uma vez autorizado o serviço, a Contratada deverá arcar antecipadamente com recursos próprios com todas as despesas envolvendo taxas, serviços e despesas acessórias. Estas despesas serão devidamente restituídas à Contratada através de processo interno e mediante apresentação de documentos originais comprobatórios das referidas despesas.

6.2.5. Os itens constantes nas Especificações Técnicas são passíveis de contratação, não estando a UFPR obrigada a realizá-la em sua totalidade.

6.2.6. A Contratada está obrigada completar o serviço de transporte internacional de cargas dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da disponibilidade da carga informada pelo exportador e validada pela UFPR.

6.2.7. Será admitido que o serviço de despacho aduaneiro seja completado até o segundo período de armazenagem, contados a partir da entrada da carga no Aeroporto de destino para os embarques aéreos. Caso não seja possível atender a esses prazos, a Contratada deverá

comunicar e apresentar justificativas para o impedimento.

6.2.8. A quitação dos serviços será realizada após a entrega dos documentos originais à UFPR, para a aferição dos custos envolvidos no processo.

6.2.9. Em casos em que não houver fretes internacionais com os destinos exigidos no item 4.1 alíneas "b" e "c", deverá ser feito DTA para possibilitar o desembarço em Curitiba - PR (aeroporto), bem como a retirada das cargas deverá ocorrer, prioritariamente, de acordo com o referido item. O licitante deverá estar apto a realizar desembarços em todas as regiões do Brasil, sendo que o serviço será prestado em outras regiões apenas em casos excepcionais devidamente comprovados, justificados pela Contratada e com a anuência desta instituição, devendo ser mantidas as mesmas condições e preços registrados.

6.2.10. O processo de Desembarço aduaneiro deverá ocorrer de forma que as despesas acessórias como armazenagem e capatazia sejam as menores possíveis.

6.2.11. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

a) Serviço de Desembarço Aduaneiro

- Operar diretamente nas importações ou exportações realizadas via aérea;
- Orientação quanto à classificação fiscal de mercadorias (NCM ou HS, quando solicitado);
- Cadastro de produtos no "Catálogo de Produtos" quando necessário;
- Preparação e registro de LPCO, controle, solicitação de alteração ou prorrogação dos licenciamentos, quando necessário, em conformidade com a Lei 8010/90 e se for o caso com a Lei 8032/90;
- Tramitar e acompanhar processos de deferimento junto aos órgãos anuentes, quando solicitado;
- Preenchimento de declaração única de importação (DUIMP) ou Declaração Única de Exportação (DUE), declaração complementar de importação (DCI), declaração Simplificada de Importação (DSI), termos de responsabilidade e certificados diversos, registro, protocolo e acompanhamento de documentos nos órgãos públicos devidos, quando solicitado;
- Acompanhar a vistoria física das cargas comunicando imediatamente à Contratante qualquer eventualidade apontada pelo Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e/ou outro órgão fiscalizador;
- Acompanhamento dos produtos perecíveis, armazenados no aeroporto de destino, mantendo-os em perfeitas condições de conservação até sua chegada nas dependências da UFPR;
- Providências quanto a vistoria física da carga, proteção e segurança para os materiais que porventura sejam caracterizados como perdimento, mediante solicitação da Contratante e comunicando a mesma qualquer eventualidade apontada pela Receita Federal do Brasil e/ou outro órgão fiscalizador;
- Atuar junto aos Órgãos Anuentes DFPC (Comando do Exército – Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados); DPF (Departamento de Polícia Federal); ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica); CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear); ANP (Agência Nacional de Petróleo); ANCINE (Agência Nacional do Cinema); ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); MD (Ministério da Defesa), MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), dentre outros; para tramitação das licenças e/ou anuências necessárias nos processos de importação/exportação, mediante solicitação da Contratante;
- Diligenciamento do despacho alfandegário, de forma a ter sua efetivação dentro até do segundo período de armazenagem para embarques aéreos, bem como informar à UFPR a evolução dos processos de desembarço. Os dispêndios gerados por ultrapassar o segundo período de armazenagem serão de total responsabilidade da Contratada, exceto quando esta comprovar que o atraso ocorreu por culpa exclusiva da própria Contratante, por cargas de parametrização em canal vermelho, por greves, atos governamentais ou motivos de força maior;
- Observação dos prazos legais para diligências necessárias ao desembarço alfandegário;
- Conferência e encerramento do processo de desembarço aduaneiro, acompanhado dos comprovantes de despesas geradas no processo de liberação alfandegária;
- Em caso de avarias realizar o acompanhamento em vistorias das mercadorias sinistradas em articulação com a Universidade e com as seguradoras e seus vistoriadores;
- A Contratada deverá apresentar quadros com os cálculos comparativos de todos os custos relativos ao transporte local (**item 13** do objeto da licitação), devidamente discriminados e documentados, os quais devem ser apresentados à UFPR para análise e aprovação antes do embarque da carga no exterior. Cobranças de gastos de natureza distinta dos incluídos nas tabelas não serão aceitas;
- Cálculo de taxas, impostos e demais despesas de despacho alfandegário, se for o caso.

b) Logística Nacional e Internacional de cargas (incluindo seguro)

- Recebimento do pré-alerta com antecedência ao embarque, assim como de todos os documentos vinculados ao processo, bem como análise das informações relevantes ao embarque internacional, disponibilizadas pelo exportador;
- Contato, acompanhamento e intermediação com Agências de transporte aéreo nas origens.
- Negociação das melhores tarifas para transporte local, rotas, transit time e free time. Para os custos com frete internacional, serão aplicados os valores fixados em tabela a ser disponibilizada junto ao Edital, no momento da licitação.
- Programação junto às companhias aéreas quanto às datas de embarque e desembarque de acordo com a disponibilidade da mercadoria para coleta, e comunicação à UFPR;
- Acompanhamento quanto ao embarque e desembarque da mercadoria e demais condições necessárias ao desembarço aduaneiro (Avarias, Sistema mantrá, Documentos, Licenças, etc);

- Comunicação sistemática à UFPR, por e-mail, de pré-aviso de embarque e aviso de chegada, bem como disponibilização de documentos enviados pela Origem do Embarque (Invoice, PackingList, Conhecimento de Embarque);
- Contratação de seguro ou inclusão das cargas da UFPR na apólice de Seguro Internacional mantida pela Contratada para todos os embarques aéreos, sendo obrigatório o envio da averbação do seguro juntamente com os outros documentos comprobatórios dos custos.

c) Outras atividades correlatas:

- Informar oficialmente os nomes dos despachantes aduaneiros que serão responsáveis pelos desembaraços aduaneiros nas regiões informadas neste documento e comunicando qualquer alteração na lista, para que o registro no RADAR esteja sempre atualizado;
- Para alguns casos, a Unidade de Apoio às Contratações diretas fará a coleta da carga diretamente no aeroporto. Quando o frete doméstico estiver sob responsabilidade da Contratada, esta deverá entregar o objeto da importação nas dependências da UFPR, na presença do professor/pesquisador solicitante ou representante, conforme indicado pela Gerência de Importação na solicitação do serviço;
- Representar a UFPR, sempre que necessário, junto às Delegacias, inspetorias, SISCOMEX/Portal Unico, postos da Receita Federal, Companhia de Aviação e Seguradoras por onde o processo físico de importação ou exportação transitar, a fim de obter o respectivo desembaraço alfandegário;
- Gerenciar, junto às Delegacias da Receita Federal, a liberação e descarga de equipamentos, materiais e produtos que sejam importados ou exportados pela UFPR, bem como os recebidos em doação ou exportação temporária;
- Providenciar o desembaraço aduaneiro e todo o expediente e termos de responsabilidade, pagamento de fretes, taxas, impostos, armazenagens e outras despesas acessórias de importação e exportação, porventura existentes, mediante autorização prévia expedida pela UFPR;
- Estabelecer permanente contato com o agente embarcador, visando um pleno conhecimento das importações em trânsito do interesse da UFPR;
- Proceder ao desembaraço aduaneiro, mediante solicitação da UFPR;
- Emitir relatórios do status de liberação das cargas da UFPR, sempre que solicitado.

d) Informações complementares:

- Após o desembaraço efetivamente realizado, a Contratada deverá apresentar, de forma individualizada, a prestação de contas detalhada de cada processo de importação, comprovando todas as despesas e documentos originais (Faturas, CI, DI e respectivas Adições, Notas Fiscais, Recibos, etc.), constatando o detalhamento das despesas, para que assim possibilite o pagamento destes numerários;
- Todos os valores referentes a fretes, taxas, impostos, seguros, armazenagens e outras despesas acessórias porventura existentes, serão pagos pela Contratada e ressarcidos pela UFPR, não se admitindo nenhum tipo de adiantamento de valores;
- No caso de aquisição de gelo seco (item 10), a Contratada deverá apresentar a pesquisa de mercado com a comprovação da melhor proposta para a aquisição. Essas estimativas serão submetidas à UFPR para aprovação, somente após o que a Contratada prosseguirá com o procedimento. Os custos devem ser em Reais (R\$);
- Somente será aceito o faturamento de serviços efetivamente prestados, ou seja, fica vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados;
- Sempre que necessário a Contratada deverá prestar orientação, indicando procedimentos necessários a assuntos relacionados aos despachos e desembaraços aduaneiros para importação, bem como pela orientação técnica quanto à condição da documentação e informação obtidas em relação à Legislação Alfandegária;

7 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Os quantitativos demandados foram estimados considerando o histórico de utilização dos serviços e a distribuição da previsão de utilização pela participação de cada componente de custos no valor total da contratação. Foi definida como unidade mínima de fornecimento o serviço, entendido como as atividades de agenciamento internacional de cargas, necessárias à mobilização e transporte de mercadorias da origem até as dependências da UFPR.

Para a nova licitação será considerado o número médio de 40 importações realizadas (conforme quantidades informadas na tabela 01), fazendo os ajustes pontuais com base no histórico de consumo registrado pela unidade de cada tipo de serviço que compõe a solução. Considerando que a nova ata de registro de preços terá a previsão de uso de 12 meses com prorrogação, os valores foram previstos considerando um consumo para 24 meses.

Para os itens disputáveis da licitação os quantitativos serão os seguintes:

Item	Descrição	Critério de julgamento	Unidade de fornecimento	Quantidade
1	Transporte internacional de cargas comuns, com destino final no Aeroporto Internacional de Curitiba. As cargas serão compostas por materiais e equipamentos de volumes e valores variados. As origens estão contempladas naquelas listadas no Anexo 1. O índice aplicado a cada célula da tabela corresponde ao valor da tarifa de transporte, conforme o peso da mercadoria.	menor índice	Índice	Conforme cálculo apurado
2	Despesa de destino - desconsolidação, por carga agenciada via aérea.	menor preço	sv.	35

3	Despesa de destino - <i>collectfee</i> por carga agenciada via aérea.	menor preço	sv.	35
4	Despesa de destino - <i>delivery fee</i> por carga agenciada via aérea.	menor preço	sv.	35
5	Serviço de despacho aduaneiro (PR, SP, RJ)	menor preço	sv.	35

Para os custos de repasse, os quais não serão passíveis de disputa, os valores serão ajustados com base no histórico de consumo da ata do Pregão nº 90.020/2024.

Desta forma os valores e quantidades serão os seguintes

Item	Descrição	Critério de julgamento	Unidade de fornecimento	Quantidade
6	Valor para repasse dos custos com transporte internacional de cargas (item 1). Será aplicado o valor obtido na tabela do item 1 ao local e volume transportado, para as cargas transportadas via aérea.	Não se aplica a oferta de lances na licitação.	sv.	300.000 unidades de R\$ 1,00
7	Valor para repasse dos custos com as cargas despachadas via <i>courier</i> ; incluídos os custos de armazenagem. Neste caso, não se aplicam os valores de transporte internacional associados aos itens 1, 2, 3 e 4.	Não se aplica a oferta de lances na licitação.	sv.	20.000 unidades de R\$ 1,00
8	Valor para repasse de demais taxas e outros custos diversos (Seguro, Transporte Local, Taxa de órgãos fiscalizadores, Armazenagem, gelo seco, etc)	Não se aplica a oferta de lances na licitação.	sv.	60.000 unidades de R\$ 1,00
9	Serviço de registro de produto no “Catálogo de Produtos”	Não se aplica a oferta de lances na licitação.	sv.	20.000 unidades de R\$ 1,00

Tabela 5 - lista de itens e distribuição da estrutura de custos para a nova licitação

A Tabela para cálculo do coeficiente, a partir dos percentuais de participação de cada destino e dos volumes de carga no total transportado, conforme segue:

	Frequência por peso (B)	20%	40%	20%	15%	4%	1%	100%
Frequência por origem (A)	LOCAL	Mínimo	<45Kg	>45Kg	>100Kg	>500Kg	>1000Kg	Moeda
43,00%	MIAMI	= A*B*preço	= A*B*preço	= A*B*preço	= A*B*preço	= A*B*preço	= A*B*preço	USD
10,00%	NY	...						USD
10,00%	LOS ANGELES							USD
3,00%	CHICAGO							USD
12,00%	FRANKFURT							EUR
1,00%	HONG KONG							USD
0,50%	SEUL							USD
1,50%	MONTEVIDEO							USD
3,50%	TOKYO/OSAKA							JPY
0,50%	MADRID							EUR
1,50%	ESTOCOLMO							SEK
1,50%	LONDRES							GBP
3,00%	ROMA							EUR
1,00%	PARIS							EUR
1,50%	SYDNEY							AUD
1,00%	KOPENHAGEN							DKK
0,50%	ZURIQUE							CHF
0,50%	LISBOA							EUR
1,00%	TORONTO							CAD
0,50%	MONTREAL							CAD

0,50%	MALASIA							USD
2,00%	AMSTERDAM							EUR
0,50%	TEL AVIV							USD
100,00%		Σ coluna 1	Σ coluna 2	Σ coluna 3	Σ coluna 4	Σ coluna 5	Σ coluna 6	

Tabela 6 - Tabela proposta para distribuição de frequência de origens e tamanho de carga, na nova licitação

O índice é apurado a partir da soma dos somatórios das 6 colunas.

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Foram realizados os seguintes levantamentos de preços para as alternativas identificadas no item 5 acima, observando o disposto na Instrução Normativa nº 065/2021-SEGES/ME. Os orçamentos foram incluídos na sequência dos autos.

Inicialmente cumpre destacar que não foi possível a coleta de preços válidos utilizando a ferramenta de pesquisa de preços do Paine de Compras do Governo Federal, dado que os parâmetros a serem utilizados na pesquisa permitem somente o uso de código de catalogação (CATMAT ou CATSER). O código do serviço a ser contratado é o 13897 (Agenciamento de Carga Aérea / Terrestre / Marítima / Fluvial) o qual serve a uma série de atividades e serviços de agenciamento de cargas. Os resultados de pesquisa apresentaram contratações com objetos muito distintos, não sendo possível o aproveitamento dos resultados da ferramenta.

Ao realizar a pesquisa no sistema de Compras de outras contratações similares utilizando a ferramenta de pesquisa textual de editais, foram localizados resultados de licitações e contratações diretas realizadas no ano de 2025 e 2026, no entanto todos com objetos distintos ao da presente contratação, não sendo possível o aproveitamento total do campo amostral, dado que as propostas ofertadas nas contratações pesquisadas não indicaram os custos de despesa de destino.

Desta forma para a coleta de preços, foi utilizado a pesquisa de contratação com objeto minimamente similar, pesquisa direto com fornecedores e pesquisa em mídias especializadas.

Da pesquisa direto com fornecedores foram enviadas solicitações de orçamentos para 8 empresas atuantes no mercado nacional e internacional, no entanto apenas 02 empresas atenderam à solicitação com o envio de cotação de preços.

Ainda para a composição de custos foi utilizada os valores praticados na atual ata de registro de preços.

Dos preços coletados foi elaborada planilha de composição de custo médio de mercado para cada item a ser licitado. Utilizando como critério para referência o menor valor entre a média e a mediana.

Para o cálculo do índice (**item 01**) foi dado pela somatória dos valores: (preço por região x peso) x (índice ponderado da região) x (índice ponderado por peso) x coeficiente para disputa da licitação (100). Os valores informados foram realizados através de pesquisa de mercado diretamente com fornecedores.

Índice Inicial	46706,33							
Percentual de uso da origem	Percentual de tamanho da carga	20%	40%	20%	15%	4%	1%	100%
		Mínimo	<45Kg	>45Kg	>100Kg	>500Kg	>1000Kg	Moeda
	LOCAL	Valor referencia						
43,00%	MIAMI	234,60	5,87	4,77	4,40	3,77	3,17	USD
10,00%	NY	236,49	6,04	4,90	4,49	3,82	3,14	USD
10,00%	LOS ANGELES	264,05	6,58	5,43	4,97	4,25	3,56	USD
3,00%	CHICAGO	260,85	6,42	5,27	4,84	4,17	3,49	USD
12,00%	FRANKFURT	204,26	8,32	6,81	5,46	3,85	2,98	EUR
1,00%	HONG KONG	295,38	13,55	11,66	8,94	7,03	6,07	USD
0,50%	SEUL	255,83	11,66	9,43	7,48	5,99	5,07	USD
1,50%	MONTEVIDEO	282,62	7,35	5,90	4,50	3,91	3,02	USD
3,50%	TOKYO/OSAKA	50.725,37	1.911,91	1.674,25	1.286,75	1.079,85	864,14	JPY
0,50%	MADRID	225,71	6,77	5,83	4,63	4,02	3,26	EUR
1,50%	ESTOCOLMO	2.988,85	100,55	89,22	83,68	63,75	47,79	SEK
1,50%	LONDRES	251,47	6,27	5,43	4,03	3,06	2,83	GBP
3,00%	ROMA	260,31	6,74	5,73	4,45	3,42	3,05	EUR
1,00%	PARIS	227,20	7,90	6,13	4,82	3,71	3,15	EUR
1,50%	SYDNEY	394,87	15,69	12,64	10,09	7,68	6,53	AUD
1,00%	KOPENHAGEN	2.130,13	68,48	54,46	42,68	31,28	26,66	DKK
0,50%	ZURIQUE	244,07	9,52	7,47	5,93	4,17	3,53	CHF
0,50%	LISBOA	291,23	7,02	5,89	4,92	3,68	3,43	EUR
1,00%	TORONTO	283,97	13,61	11,13	8,40	7,12	6,13	CAD

0,50%	MONTREAL	310,95	16,15	13,07	9,77	8,21	7,06	CAD
0,50%	MALASIA	336,22	19,79	15,45	12,59	9,41	7,97	USD
2,00%	AMSTERDAM	230,42	7,90	6,35	5,02	3,79	3,24	EUR
0,50%	TEL AVIV	368,00	12,77	10,26	7,91	6,15	5,45	USD

Com base nas pesquisas realizadas, o valor estimado da licitação será o seguinte:

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor unitário de referência	Valor total
1	Transporte internacional de cargas comuns, com destino final no Aeroporto Internacional de Curitiba.	pontos	1	46706,33	46706,33
2	Despesa de destino - taxa fixa para serviços de desconsolidação de carga, por carga agenciada	sv.	35	R\$ 357,5	R\$ 12.512,50
3	Despesa de destino - collect fee por carga agenciada via aérea.	sv.	35	R\$ 281,25	R\$ 9.843,75
4	Despesa de destino - delivery fee por carga agenciada via aérea.	sv.	35	R\$ 106,91	R\$ 3.741,85
5	Serviço de despacho aduaneiro (PR, SP, RJ)	sv.	35	R\$ 1.575,82	R\$ 55.153,70
6	Valor para repasse dos custos com transporte internacional de cargas (item 1). Será aplicado o valor obtido na tabela do item 1 ao local e volume transportado, para as cargas transportadas via aérea. Item não disputável	sv	300.000	1,00	R\$ 300.000,00
7	Valor para repasse dos custos com as cargas despachadas via courier, por decisão do exportador. Neste caso, não se aplicam os valores de transporte internacional associados aos itens 1, 2, 3 e 4. Item não disputável	sv	20.000	1,00	R\$ 20.000,00
8	Valor para repasse de emais taxas e outros custos diversos (Seguro, transporte local, taxa de órgãos fiscalizadores, armazenagem, gelo seco, etc)	sv	60.000	1,00	R\$ 60.000,00

9	Serviço de registro de produto no “Catálogo de Produtos”	sv	20.000	1,00	R\$ 20.000,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA A PROPOSTA					R\$ 481.251,80

Observação: O item 01 não se trata de valor financeiro a ser somado junto aos demais custos da contratação.

No entanto dado que o sistema Comprasnet não está parametrizado para entender valores divergentes ao financeiro, o valor aparecerá registrado como um total de R\$ 527.958,13 (situação em que seria somado o valor do item 01 ao valor estimado da contratação).

9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

Considerando a natureza dos serviços a serem prestados, entende-se que não é possível o parcelamento da solução, sendo licitados em um único lote. Essa decisão se justifica pela indissociabilidade entre os itens que compõem o grupo, os quais caracterizam uma única prestação de serviços, qual seja, o agenciamento do transporte internacional. Por exemplo, não há que se imaginar a contratação de um agente de cargas para o transporte e de outro agente para o embarque de uma carga. Para embasar esta decisão, foram considerados a viabilidade técnica e econômica, as eventuais perdas de escala e o aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Pela própria natureza do serviço de agenciamento para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, objeto da presente contratação, os empenhos dependerão de outros processos de aquisição internacionais.

11 DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Não há elementos no Plano de Desenvolvimento Institucional, dentre os objetivos estratégicos para Graduação ou Pós-Graduação, que possam ser associados à necessidade descrita, no entanto a presente contratação visa dar suporte às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, tripé no ensino público superior.

A presente contratação já está prevista ao Plano Anual de Contratações 2026, devidamente homologada pela autoridade competente. Conforme documento de Formalização de Demanda 032/2025.

12 RESULTADOS PRETENDIDOS PELA CONTRATAÇÃO

- Viabilidade das importações de materiais para a UFPR, observando a melhor estrutura de custos;
- Disponibilidade dos serviços de agenciamento de transporte internacional de cargas, para atender às necessidades de importação da UFPR.

13 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há providências a serem adotadas pela UFPR.

14 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados possíveis impactos ambientais relacionados à execução do serviço.

15 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A partir dos presentes estudos preliminares e em atendimento ao disposto no art. 24, inciso XII da IN 05/2017-SEGES/MPDG, a Equipe de Planejamento declara a contratação pretendida viável, devendo prosseguir com a tramitação prevista.

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.031/2026

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: **novembro/2025**

Ata de Registro de Preços – Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (153079)

Processo Administrativo nº 23075.002714/2026-21

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**, com sede à Rua XV de Novembro, nº 1299, na cidade de Curitiba/Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.095.679/0001-49, neste ato representado(a) pelo(a) Pró-Reitor de Orçamento e Administração, NOME COMPLETO, nomeado(a) pela Portaria nº XXX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no *DOU* de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90.031/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo nº 23075.002714/2026-21, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90.031/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, para atender necessidades da Universidade Federal do Paraná, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.031/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/ME, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X	Descrição do item no Termo de Referência			Unidade prevista no Termo de Referência				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Paraná (UASG 153079).
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a alínea “b)” do item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a alínea “a)” do item 5.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d)” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- i. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

ii. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. O requerimento deverá ser entregue diretamente à Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações, através do e-mail contratos@ufpr.br.

7.2.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.7. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O fornecedor fica obrigado a entregar, pelo preço registrado, os itens constantes das notas de empenho emitidas anteriormente a seu protocolo de solicitação de Alteração de Preços. Caso se recuse, estará sujeito às sanções descritas no Termo de Referência.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é assinada eletronicamente.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

--	--	--	--	--	--	--	--	--

ANEXO IV -

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA- LICITAÇÃO

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato - Licitações –Serviços sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PROCESSO Nº 23075.002714/2026-21

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**, com sede à Rua XV de Novembro, nº 1299, na cidade de Curitiba /Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.095.679/0001-49, neste ato representado(a) pelo(a) Pró-Reitor de Orçamento e Administração, NOME COMPLETO, conforme delegação de competência pela Portaria nº XXX, de DD/MM/AAAA, do Magnífico Reitor Portaria nº, dede.....de 20..., publicada no *DOU* dede.....de....., portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado a Empresa o(a).....,inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 90.031/2026*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de agenciamento, para transporte de cargas internacionais e de serviços de despacho aduaneiro, para atender necessidades da Universidade Federal do Paraná, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

Grupo 01						
Item	Descrição	CATSER	Unid	Qtde	Valor unitário	Valor total
1	Transporte internacional de cargas comuns, com destino no Aeroporto Internacional de Curitiba.	13897	Índice			
2	Despesa de destino - Desconsolidação de carga, por carga agenciada via aérea.	13897	serviço			
3	Despesa de destino - Collect Fee por carga agenciada via aérea.	13897	serviço			
4	Despesa de destino - Delivery Fee por carga agenciada via aérea.	13897	serviço			
5	Serviço de Despacho Aduaneiro (PR, SP, RJ)	13897	serviço			
6	Valor para repasse dos custos com	13897	serviço			

	transporte internacional de cargas (item 1). Será aplicado o valor obtido na tabela do item 1 ao local e volume transportado, para as cargas transportadas via aérea. Item não disputável					
7	Valor para repasse dos custos com as cargas despachadas via courier, por decisão do exportador. Neste caso, não se aplicam os valores de transporte internacional associados aos itens 1, 2, 3 e 4. Item não disputável	13897	serviço			
8	Valor para repasse de demais taxas e outros custos diversos (Seguro, transporte local, taxa de órgãos fiscalizadores, armazenagem, gelo seco, etc) Item não disputável	13897	serviço			
9	Serviço de registro de produto no “Catálogo de Produtos”	13897	serviço			
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA A PROPOSTA						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;;

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

e) demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.27 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31 Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35 Somente será aceito o faturamento de serviços efetivamente prestados, ou seja, fica vedada a cobrança de desembaraços que não tenham sido efetivamente realizados e finalizados.
- 9.36 O serviço do despacho aduaneiro finda com a disponibilização da carga, livre e desimpedida, nas dependências da UFPR, podendo as entregas ocorrer em qualquer um dos endereços citados no Anexo III, para as importações realizadas.
- 9.37 O Despacho Aduaneiro deverá ocorrer na cidade de Curitiba – PR. Nos casos impossíveis de serem resolvidos na referida cidade, a Contratada deverá comunicar e apresentar justificativa para o impedimento, e nos casos em que for possível, deverá providenciar o planejamento e os procedimentos necessários para DTA – Despacho Aduaneiro em Trânsito, se for o caso, para que o Desembaraço final ocorra na alfândega de Curitiba - PR.
- 9.38 Em todos os casos de importação, o serviço é dado como realizado com a descarga dos itens importados nas dependências da UFPR, com a carga livre e desimpedida.
- 9.39 A Contratada deverá observar os dispositivos legais que disciplinam a execução do presente serviço, principalmente com respeito às disposições sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica.
- 9.40 A Contratada deverá encaminhar o pré-alerta, prévio ao embarque, para que a Unidade de Apoio às Contratações Diretas possa conferir toda a documentação recebida e possa acompanhar o trânsito da carga em conjunto com a Contratada.
- 9.41 A Contratada deverá apresentar à Unidade de Apoio às Contratações Diretas da UFPR a relação de seus agentes/representantes, com dados completos: razão social, telefone, e-mail e endereço nos países de destino, conforme tabela anexada a esse processo na medida em que for solicitado.
- 9.42 A Contratada deverá agenciar o transporte das cargas, segurada no valor do principal (valor do bem) acrescido do valor do frete internacional, para que em caso de sinistro ocorra o ressarcimento no montante que comporte uma nova compra do mesmo bem sinistrado.
- 9.43 A Contratada deverá realizar seguro da carga, no valor do principal (valor do bem) acrescido do valor do frete internacional. Dessa forma, em caso de sinistro, será possível que ocorra a compra de bem idêntico ao sinistrado.
- 9.44 O seguro deverá cobrir o valor do bem acrescido do valor do frete internacional, deverá conter cobertura ampla, com cláusula de guerras e greves, deverá possibilitar a cobertura, inclusive, de produtos usados (casos raros) e cobrir todas as regiões informadas.
- 9.45 A Contratada deverá apresentar cópia da apólice de seguro conforme indicações do item acima.
- 9.46 Em caso de acidentes com carga, cuja responsabilidade do Agente de Cargas ou do despachante aduaneiro for comprovada, estes deverão arcar com as despesas de ressarcimento à Contratante.
- 9.47 Nos casos em que o exportador enviar cargas por COURIER à revelia das instruções de embarque da UFPR, a Contratada deverá efetuar os pagamentos solicitados pelo Courier para posterior ressarcimento mediante apresentação das notas fiscais do Courier.
- 9.48 Quando houver a inclusão de pick-up (Coleta) decorrente de imposição do Incoterm EX-WORKS pelo exportador, a Contratada deverá negociar junto aos seus parceiros o melhor valor para esta parcela.
- 9.49 Efetuar o pagamento antecipado da armazenagem referente ao período em que a carga estiver no recinto alfandegado à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e/ou EADI, para posterior ressarcimento pela Contratante, quando for o caso, assim como pagamento de despesas eventuais, quando solicitado pela UFPR.
- 9.50 Efetuar a recolocação de gelo seco nas cargas perecíveis desde a origem até o momento da retirada da carga do recinto alfandegado. As despesas com a compra do gelo seco serão ressarcidas pela Contratante, mediante apresentação das notas fiscais de compra do gelo seco (não será aceito notas fiscais de compra de gelo seco adquiridas no mercado nacional em moeda estrangeira).
- 9.51 Providenciar a correta armazenagem, principalmente das cargas de geladeira e gelo seco, desde a coleta da carga até a entrega da documentação à Contratante e, no caso de exportação, ao Exportador. Devendo ser dado tratamento prioritário aos produtos perecíveis.
- 9.52 Responsabilizar-se pela correta emissão da documentação de embarque, inclusive apresentando os certificados de transporte de cargas perigosas do IATA (Associação Representativa do Transporte Internacional de Cargas) do parceiro no exterior, sempre que solicitado. A comprovação do certificado IATA deverá estar acompanhada de tradução juramentada.
- 9.53 Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato, certificado do IATA (Associação Representativa do Transporte Internacional de Cargas) para transporte e manuseio de cargas perigosas, exigência dos exportadores da região dos Estados Unidos da América, da Contratada ou de seu parceiro responsável pelo embarque na origem da carga.

9.54 Verificar se a documentação recebida do Exportador está de acordo com as orientações constantes das instruções de embarque emitidas pelo Importador.

9.55 O Agente Embarcador deverá buscar a melhor rota, dentro do menor custo possível, observado o menor tempo, principalmente para os casos de produtos deterioráveis.

9.56 A Contratada deverá utilizar a taxa cambial informada pelo Banco Central do Brasil vigente na data do faturamento para as despesas de frete internacional e informar a taxa utilizada no documento de faturamento e de despesas reembolsáveis.

9.57 A Contratada deverá relatar à Contratante, quinzenalmente, por via de relatório discriminando previsão de coleta, previsão de embarque, previsão de chegada, enfim relatando a situação em que se encontra o processo de transporte de cada carga.

9.58 A Contratada deverá apresentar faturas individualizadas por processo, referenciar o número do processo na fatura, referenciar número do conhecimento de transporte, apresentar os valores referentes às tarifas na moeda estrangeira, informar a tarifa de conversão, o valor convertido em reais, discriminar as taxas administrativas e taxas no exterior, assim como, apresentar percentual de retenção dos impostos incidentes na prestação do serviço de transporte internacional.

9.59 A SDA – Taxa do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros - será recolhida pela Contratada.

9.60 Caberá a Contratada o pagamento dos fretes internacionais para posterior ressarcimento pela Contratante mediante demonstrativos de despesas e Nota fiscal:

a) Os comprovantes do pagamento do frete internacional deverão ser encaminhados à Contratante;

b) O pagamento pela UFPR à Contratada será realizado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal de prestação dos serviços.

9.61 Em caso de acidentes com carga, cuja responsabilidade do Agente de Cargas ou do despachante aduaneiro for comprovada, estes deverão arcar com as despesas de ressarcimento à Contratante.

9.62 A empresa Contratada deverá possuir profissional DESPACHANTE ADUANEIRO, devidamente registrado junto a Receita Federal do Brasil.

9.63 caso de alteração do Despachante indicado na fase de habilitação, deverá ser comunicado a Unidade de Apoio às Contratações Diretas da UFPR.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3 Das indenizações e multas.

13.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10 O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: xxxx

II. Fonte de Recursos: xxx

III. Programa de Trabalho: xxxx

IV. Elemento de Despesa: xxxx

V. Plano Interno: xxx

VI. Nota de Empenho: XXXXXXXXXXXX

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná / Subseção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local],[dia]de[mês] de[ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-